



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ACTA DA 1ª. REUNIÃO DA 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 11 DE JANEIRO DE 2010-----

-----ACTA Nº. 1 / 2010-----

----- Aos onze dias do mês de Janeiro de dois mil e dez, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Domingos Ferreira Pereira dos Santos, tendo como Primeira Secretária, a Senhora Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães e como Segunda Secretária, a Senhora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta e oito minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a Primeira Reunião da Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e três Deputados Municipais (Joaquim Manuel de Carvalho Ribeiro, Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Jorge Santos de Sales Moreira, José Eduardo Lopes Neno, Nuno Emanuel Campilho Mourão Coelho, Salvador António Martins Bastos Costeira, Luís Manuel de Figueiredo da Silva Lopes, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé, Custódio Mateus Correia de Paiva, Arlindo Pereira Barradas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel de Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Guilherme Dinis Moreno da Silva Arroz, José Henriques Lopes, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Maria da Graça Simões Madeira Ramos, Paulo Pinto de Carvalho Freitas do Amaral, Marcos Sá Rodrigues, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Joaquim dos Reis Marques, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Bruno Miguel Pinheiro Mendes Magro,

Adelino de Jesus Nunes, Paulo Nicholas Bastos Pinto, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Luís Gonçalo Fernandes dos Santos Teodósio, Bruno Filipe Carreiro Pires, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Maria Isabel Pereira Fernandes da Costa Jorge de Sande e Castro, Daniel dos Reis Branco, Águeda da Silva Raquel Counhago, Aníbal José Gonçalves Guerreiro e Miguel da Câmara e Almeida Pinto) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Luísa Maria Diego Lisboa, Tiago Manuel Coruche Serralheiro, Silvino Monteiro Cardita Gomes da Silva, Luís Pedro Russo da Mota Soares, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Isabel Lima Miguéis de Vasconcelos pediram a sua substituição para esta reunião tendo sido substituídos pelos Senhores José Eduardo Lopes Neno, Bruno Miguel Pinheiro Mendes Magro, Adelino de Jesus Nunes, Paulo Nicholas Bastos Pinto, Maria Isabel Pereira Fernandes da Costa Jorge de Sande e Castro, Águeda da Silva Raquel Counhago e Aníbal José Gonçalves Guerreiro. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras, o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e os Senhores Vereadores Maria Madalena Pereira da Silva Castro, António Ricardo Henriques Costa Barros e Luísa Maria Gentil Ferreira Carrilho.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1170/09 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para 2010 - Ofício N.º 61167 - 30.12.2009; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1155/09 relativa à Aquisição de parcela de terreno correspondente ao lote 21 do Alvará de Loteamento 4/94 para integrar o projecto de edificação de uma unidade geriátrica Municipal em Porto Salvo;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1215/09 relativa à Aquisição de prestação de serviços de manutenção e eventual requalificação de espaços verdes na zona nascente da Freguesia de Oeiras - Repartição de encargos - Ofício N.º. 61164 - 30.12.2009;-----
4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1113/09 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de duas parcelas de terreno sitas no Murganhal (Caxias) - Aditamento à Proposta de Deliberação N.º. 190/09;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1145/09 relativa à Aquisição de serviços de controlo Anti Murino e Anti Blatídeo do Concelho de Oeiras - Repartição de encargos - Ofício N.º. 61170 - 30.12.2009;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 840/09 relativa ao Reqt.º. N.º. 1182/09 Apenso ao Proc.º. N.º. 2247/96 - (31.º.Vol.) - Aquisição de terrenos - Plano de Pormenor da Zona Ocidental de Porto Salvo - PPZOPS - Inf.º. N.ºs. 20/DMADO-SNP/09 e 7092/09 - DLAAE/URB - Ofício N.º. 47527 - 14.10.2009;-----
7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 867/09 relativa à Alteração ao Regulamento Específico da Zona de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL) de Linda-a-Velha - Ofício N.º. 44226 - 21.09.2009;-----
8. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 899/09 relativa à Constituição do Direito de Superfície à Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, E.M., para construção de um parque de estacionamento na Avenida da República, em Algés - Ofício N.º. 47528 - 14.10.2009;-----
9. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 947/09 relativa ao SATUO - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M. - Instrumentos de Gestão Previsional para 2010; Nova adaptação dos Estatutos da Empresa Municipal - Ofício N.º. 52424 - 12.11.2009;-----
10. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 955/09 relativa à Alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais;-----
11. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 997/09 relativa à Prestação de Contas Semestrais 2009 -

- 1º. Semestre - SATUO, E.M., S.A.;-----
12. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1040/09 relativa à Proposta de Suspensão do Artigo 16º., do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos - Ofício N.º. 57446 - 27.11.2009; ---
13. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1085/09 relativa à Alteração do Regulamento da Feira do Jardim de Oeiras - Ofício N.º. 61165 - 30.12.2009;-----
14. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1097/09 relativa à Remuneração salarial dos titulares dos Órgãos Sociais das Empresas “Parques Tejo - Parques de Oeiras, E.E.M.” e “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos E.E.M.” - Ofício N.º. 61173 - 30.12.2009; -----
15. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1141/09 relativa ao Reqtº. N.º. 11968/09, Procº. N.º. 510/04 (1º., 2º. e 3º. Vol.) - Alteração do Alvará de Loteamento N.º. 11/07 - Plano de Pormenor da Área Ocidental de Porto Salvo - EDIFER - Imobiliária, S.A. - Ofício N.º. 61172 - 30.12.2009; -----
16. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 1159/09 relativa ao Plano de Actividades e Orçamento da “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos E.E.M.” para 2010 - Ofício N.º. 61174 - 30.12.2009; -----
17. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 1188/09 relativa à Nomeação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da “SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.E.M.” - Ofício N.º. 61166 - 30.12.2009. -----

3. O Senhor Presidente da A.M. iniciou a reunião dizendo o seguinte: -----

-----“Vamos dar início aos trabalhos da reunião de hoje e espero que haja uma boa economia de tempo e um bom trabalho em prole de Oeiras e dos seus municípios.-----

-----Na reunião de hoje vamos ter a aprovação da Acta da reunião de catorze de Dezembro, vamos ter um Período Antes da Ordem do Dia, bem como, uma longa Agenda que provavelmente não acabaremos e, por volta das dezanove horas, interromperemos a Agenda da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ordem do Dia para darmos a palavra aos munícipes, à Câmara Municipal e aos Partidos. Continuaremos noutra reunião na próxima segunda-feira, como foi combinado na Conferência de Representantes dos Grupos Políticos Municipais.-----

----- Antes de entrar no Período Antes da Ordem do Dia, vamos fazer a aprovação da Acta da Primeira Reunião da Quinta Sessão Ordinária da nossa Assembleia Municipal que se realizou no dia catorze de Dezembro de dois mil e nove. -----

----- A Acta foi enviada para todos os Senhores Deputados Municipais. Houve algumas sugestões de alteração tendo sido novamente enviada.-----

----- Gostaria de perguntar se há alguma proposta de alteração a esta Acta que tem cento e setenta e uma páginas? Não havendo, iremos proceder à votação.”-----

4. APROVAÇÃO DE ACTA-----

4.1. Acta da Primeira Reunião da Quinta Sessão Ordinária realizada a catorze de Dezembro de dois mil e nove - Acta número dezasseis.-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, nove do Partido Socialista, cinco do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, um da Coligação Democrática Unitária, um do Bloco de Esquerda e uma abstenção do Partido Socialista (Paulo Nicholas Bastos Pinto) e duas da Coligação Democrática Unitária (Águeda da Silva Raquel Counhago e Aníbal José Gonçalves Guerreiro).-----

5. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

5.1. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Hoje começo a minha intervenção com um sinal de grande tristeza. Isto porque faleceu a esposa do nosso companheiro de há muitos anos, aqui na Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU). -----

-----Independente das posições que nos dividiam ligava-me a ele, e liga-me, uma relação que me obriga a trazer a esta Assembleia esta informação. Em meu nome pessoal e do Partido Social Democrata venho propor a aprovação de um Voto de Pesar a ser comunicado ao Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU) por esse facto.” -----

5.2. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Gostaria de sugerir à Mesa relativamente ao Voto de Pesar, respeitante à esposa do Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU), que ele fosse subscrito por todos os Grupos Políticos no sentido de ser votado. Era essa a sugestão que eu fazia ao Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD). -----

-----É com grande mágoa que vejo aquilo que se passou. Eu e o meu Grupo Político estamos solidários com o Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU), porque nos momentos difíceis nós devemos esquecer-nos de todas as diferenças políticas. As nossas amizades e o reconhecimento pessoal por todos os Senhores Deputados Municipais não têm nada a ver com as intervenções e os diferentes pontos de vista que temos relativamente à política. Isso faz parte do dia-a-dia e se não conseguirmos fazer essa distinção, algo vai mal na política e nos políticos.” ---

5.3. O Senhor Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Pergunto se, das inscrições que existem, alguém quer intervir sobre este Voto de Pesar? Dávamos prioridade a estas intervenções e depois seguíamos a ordem.”-----

5.4. O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) exprimiu o seguinte: -----

-----“Eu cheguei atrasado à reunião da Assembleia porque estive a participar na cerimónia final antes do funeral, o qual saiu agora da Igreja na zona da Medrosa e vai para o Cemitério de Oeiras. Por essa razão, hoje a nossa composição na Assembleia tem dois novos Membros que vêm substituir o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) e o Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU), os quais não podem estar presentes. -----

-----Obviamente, pela nossa parte, estamos inteiramente de acordo em que a Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

expresse ao seu Membro, Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU), a sua consideração e que lamentamente a ocorrência do falecimento da esposa.” -----

5.5. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) expressou o seguinte: -----

----- “O Grupo Político Municipal Isaltino Oeiras Mais à Frente também está de acordo com a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata e está solidário com o Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU), pelo que lamentamos o sucedido e estamos de pleno acordo e fé com o que é proposto.”-----

5.6. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar o Bloco de Esquerda manifesta total solidariedade com o Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU). É uma pessoa que respeitamos imenso e estamos com ele neste momento muito difícil.-----

----- Em segundo lugar, como é evidente, subscreveremos a proposta que vai ser apresentada.”-----

5.7. O Senhor Deputado Arlindo Barradas (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “Gostaria de manifestar a minha tristeza perante o sucedido e também dizer que o nosso hábito africano é diferente do vosso. Se fosse em Cabo Verde que morresse a esposa de um Membro de uma Assembleia Municipal, como esta, e de um Senhor que é o decano desta casa, a Câmara ou a Assembleia deveria ter a iniciativa de avisar os Senhores Deputados para participarem do funeral.-----

----- Apresento as minhas mais sentidas condolências ao Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU) - pessoa por quem tenho muito respeito e consideração - lamento o sucedido, mas a morte é assim e ninguém tem vida para sempre.”-----

5.8. A Senhora Deputada Isabel Sande e Castro (CDS/PP) interveio, dizendo: -----

----- “O Centro Democrático Social, obviamente, junta-se ao pesar apresentado. Naturalmente que não tínhamos uma relação pessoal e eu não o conhecia, mas enquanto

Membros deste Órgão manifestamos a nossa solidariedade para com a perda de uma pessoa tão próxima de um Membro desta Assembleia Municipal.” -----

5.9. VOTAÇÃO - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA ESPOSA DO AUTARCA SENHOR JOAQUIM VIEIRA COTAS-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação um Voto de Pesar e Solidariedade proposto por todos os Grupos Políticos Municipais, pelo falecimento da esposa do Autarca, Senhor Joaquim Vieira Cotas (CDU), o qual foi aprovado por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, dez do Partido Socialista, cinco do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 1/2010** -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA ESPOSA DO AUTARCA SENHOR JOAQUIM VIEIRA COTAS-----

-----Por proposta oral de todos os Grupos Políticos Municipais, a Assembleia Municipal de Oeiras deliberou, por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo vinte e um do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, dez do Partido Socialista, cinco do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar um voto de pesar e solidariedade pelo falecimento da esposa do Autarca, Senhor Joaquim Vieira Cotas. -----

-----Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

5.10. O Senhor Presidente da A.M., concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Fica registado e comunicar-lhe-emos.” -----

5.11. MOÇÃO RELATIVA AO SISTEMA DE RECOLHA SELECTIVA PORTA-A-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

PORTA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA: -----

----- “Considerando que:-----

----- a) O Município de Oeiras foi pioneiro na freguesia de Queijas, há catorze anos, na implementação do sistema recolha selectiva porta-a-porta; -----

----- b) Este sistema foi alargado a muitas zonas do Concelho, adequando-se perfeitamente a áreas de moradias e a áreas com edifícios que possuem “casas de lixo”; -----

----- c) Pelos estudos efectuados pela Valorsul e ISCTE é possível obter aumentos de recolha entre os duzentos e oitenta por cento e quatrocentos e oitenta e cinco por cento para as embalagens de plástico; -----

----- d) Encurta a distância percorrida pelos cidadãos a fim de fazerem o depósito dos resíduos, estimulando-os, assim, a separar os resíduos; -----

----- Considerando ainda que as principais vantagens do sistema porta-a-porta são: -----

----- e) Maior comodidade para os munícipes na separação dos resíduos; -----

----- f) Maior envolvimento por parte dos munícipes; -----

----- g) Maior economia;-----

----- h) Menor consumo de energia quando comparado com a incineração;-----

----- i) Criação de maior número de postos de trabalho se compararmos com a incineração (duzentos e cinquenta empregos/dez mil toneladas de materiais reciclados);-----

----- Considerando, também, que:-----

----- j) Este exemplo foi seguido por outros municípios, tais como Loures, Lisboa, Porto, Maia e Óbidos; -----

----- k) Em dois mil e oito Lisboa promoveu a recolha porta-a-porta em Alfama e, no passado mês de Dezembro, alargou este processo ao Paço do Lumiar, Bairro da Tóbis, Bairro das Mouras e zona de Telheiras;-----

-----l) Este processo, também, foi seguido na Catalunha; -----

-----m) A Câmara Municipal de Oeiras afirmou, em ofício, datado de dois mil e cinco, o seguinte: “A centralização de resíduos na via pública, leva ao aparecimento frequente de pragas urbanas”. (fim de citação); -----

-----n) O Vereador do pelouro afirmou, recentemente, o seguinte: “Vai proceder-se à reformulação da frota de viaturas de modo que permita fazer a recolha de todo o tipo de resíduos”. (fim de citação);-----

-----Em vez disso a Câmara mandou retirar os contentores azuis, sem qualquer estudo que o justificasse nem apresentou explicação aos cidadãos para acabar com um serviço que permite reciclar maior quantidade de materiais, menor consumo de energia e maior economia.---

-----Por tudo o que foi anteriormente escrito a Assembleia Municipal de Oeiras delibera, na reunião efectuada em onze de Janeiro de dois mil e dez, que a Câmara Municipal de Oeiras torne a implementar a recolha selectiva porta-a-porta em todos os locais onde já se fazia, através da recolha dos materiais colocados nos contentores azuis guardados nos compartimentos do lixo dos prédios e nas vivendas.-----

-----Esta moção será enviada, como publicidade paga, a um jornal de âmbito nacional e a outro de âmbito concelhio.”-----

5.12. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio dizendo: -----

-----“A Moção que o Bloco de Esquerda apresenta no ponto Antes da Ordem do Dia está relacionada com uma questão, que já tem sido falada nesta Assembleia, que é a recolha dos resíduos recicláveis porta-a-porta.-----

-----Eu estava na Assembleia em mil novecentos e noventa e quatro quando se iniciou este processo de recolha selectiva em Queijas. Foi um processo que o Senhor Presidente da Câmara considerou como pioneiro no nosso País e na Europa - lembro-me perfeitamente que foram as palavras do Senhor Presidente da Câmara. E a recolha selectiva porta-a-porta, dentro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das várias formas desta, é aquela que é mais avançada porque também há os ecopontos e as ilhas ecológicas. -----

----- Deve-se dizer que a recolha selectiva porta-a-porta tem algumas vantagens: recicla-se uma muito maior quantidade de materiais, porque há pessoas que não se deslocam ao ecoponto, nem à ilha ecológica e, infelizmente, põem tudo no contentor dos resíduos orgânicos. É a que consome menos energia e é a mais amiga do ambiente.-----

----- Aliás, o ano passado ou quando confrontado, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, na Assembleia da República por um Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que lhe perguntou o que é que ele pensava sobre o fim da recolha selectiva porta-a-porta, o Senhor Secretário do Ambiente respondeu que era um atraso no processo de reciclagem. -----

----- O material usado neste tipo de reciclagem - os contentores - é muito mais barato do que os ecopontos e as ilhas ecológicas. Criam-se muito mais postos de trabalho em toda a linha quando há esta recolha selectiva porta-a-porta, porque se recolhe muito mais material reciclável e, como dizia a Quercus há uns meses num comunicado, parece que Oeiras foi pioneira neste método porta-a-porta e, agora, é pioneira no fim dele. -----

----- Isto está relacionado com a proposta número doze, a qual julgo que irá ser votada na próxima reunião, em que foi retirado um direito às pessoas na maior parte das urbanizações em que já existia este método. Quando as mesmas compraram as suas casas pagaram a casa do lixo, pagam este serviço na factura da água e parece-nos que é um passo atrás, ainda mais num Concelho em que temos o privilégio do Presidente da Câmara ter sido Ministro do Ambiente. Esta situação parece-nos impensável, por isso, apelo à Assembleia que pondere e vote favoravelmente esta Moção.” -----

5.13. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Todos os Deputados têm a Moção, por conseguinte, eu abria um período de inscrições para poderem pronunciar-se sobre a mesma.” -----

5.14. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

-----“O Partido Socialista já tinha levantado este problema na passada reunião do dia catorze de Dezembro e, sobre esta matéria e relativamente à Moção trazida hoje pelo Bloco de Esquerda, nós estamos totalmente de acordo com o texto aqui apresentado. -----

-----Sabemos, sobre esta matéria, que o Concelho de Oeiras foi pioneiro há catorze anos. Sabemos que os resultados conseguidos com esta referida experiência permitiram o alargamento ao Concelho, naturalmente, tendo por base os resultados obtido na altura. -----

-----Sabemos que o Município de Oeiras passou a ser uma referência nacional e, como diz o Senhor Presidente da Câmara várias vezes, está naturalmente mais à frente também na recolha do lixo e que era inclusivamente intenção deste Município dar continuidade à implementação deste sistema de recolha a outras áreas do Concelho e alargado o mais possível. -

-----Sabemos que os estudos apontam que ao nível, por exemplo, da recolha do plástico e do metal o aumento do incremento é na ordem dos quatrocentos e oitenta e cinco por cento, o que me parece ser um número talvez importante para não ser descurado. -----

-----Sabemos também que há vantagens no sistema porta-a-porta quando comparado com os ecopontos, não só pelas questões do vandalismo, das lavagens dos ecopontos e na iluminação desses custos e não só pela iluminação das deposições clandestinas que são colocadas junto aos ecopontos. Sabemos isso tudo. E, sabemos também, que nesta matéria o Concelho de Oeiras parece estar a querer ficar mais atrás. -----

-----O Partido Socialista não está concordante com a decisão tomada em reunião de Câmara, porque considera que deve ser reforçada a recolha selectiva multi-material do lixo e a recolha porta-a-porta, ao contrário do actual projecto que vem hoje ou na próxima sessão à Assembleia Municipal.” -----

5.15. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“De alguma maneira esta Moção entronca, como todos já verificámos, num dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pontos da Ordem de Trabalhos que hoje ou na próxima sessão irá ser por nós analisado.-----

----- Independentemente de algumas explicações que seguramente a Câmara poderá dar sobre esta matéria, porque também ela nos habituou a sempre procurar a excelência - seja há catorze anos ou agora - à partida, eu tenho que acreditar nisso. Mas, tenho sérias reservas sobre a solução que nos é trazida na proposta e que ela procura ir contra.-----

----- Alguns dos aspectos que estão aqui referenciados e, todos nós sabemos que, por maior que seja a formação e a consciência cívica dos cidadãos, infelizmente, na prática, por razões de comodismo, nem sempre se comportam como seria desejável.-----

----- Quanto ao problema dos ecopontos, eu tenho conhecimento pessoal de um concelho onde isso sucede e, infelizmente, os ecopontos estão sempre rodeados de lixo à sua volta e quando não estão, o lixo nem sequer lá chega porque é colocado em entradas no prédio. Felizmente não tem nada a ver com o nosso Concelho (por enquanto) mas parece-me que, sem mais privilegiar os ecopontos, em detrimento da recolha individual, é de duvidar da sua eficácia.

----- Há que ter ainda em conta que as questões que poderão resultar da implementação de um novo modelo que passaria eventualmente por uma redução de custos, a qual poderá ser apenas aparente na medida em que, por vezes, os custos da limpeza, da recolha de lixo que não fica nos ecopontos, se calhar, tornará mais ou menos justificável essa solução.-----

----- O Partido Social Democrata tem muitas dúvidas em relação a isso e não irá votar contra esta Moção do Bloco de Esquerda que me parece extremamente razoável pela forma como aborda e, fundamentalmente, para nos levar com algum critério de consciência, a analisarmos com mais detalhe esta situação.-----

----- Entendemos que teremos oportunidade, em sede da proposta que veio a esta Assembleia, de nos debruçarmos mais em pormenor sobre ela mas, para já, o Partido Social Democrata não se opõe a esta proposta do Bloco de Esquerda.”-----

5.16. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) exprimiu o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta questão, pois vamos ter oportunidade de a abordar um pouco mais em profundidade no ponto que está agendado na Ordem de Trabalhos, sabe-se que está feito um levantamento de opiniões junto dos moradores, o qual nos mostra que em certos casos são os próprios moradores que não preferem a recolha de lixo feita porta-a-porta.-----

-----Sabemos também que há estudos e práticas estrangeiras diversificadas e parece-nos que a solução mais adequada será a de que cada caso terá uma resposta diferenciada. Temos várias formas de recolher o lixo: porta-a-porta, ecopontos ou as ilhas ecológicas, por conseguinte, dependendo da situação, da localização, do edifício e do enquadramento, cada caso merecerá uma resposta diferenciada - essa parece-nos a melhor solução - por isso, a nossa Bancada não concorda com a generalização de que porta-a-porta é a melhor solução de todas, pelo que votaremos contra a proposta.” -----

5.17. O Senhor Deputado Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide) disse o seguinte:-----

-----“Exactamente como a Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) acabou de dizer não se pode generalizar nesta matéria. Dou-vos o exemplo de Carnaxide, ou seja, essa forma de recolha acabou lá, há cerca de dois anos, e verificou-se que foram na altura os moradores a requererem que esse sistema fosse mudado. O que se verificava muitas vezes na rua é que em muitas zonas da freguesia (e não vou generalizar), os moradores para além de colocarem o caixote do lixo à porta, porque não gostavam de o ter dentro da casa do lixo durante muito tempo e preferiam fazer assim, às vezes até na estrada, acabavam por colocar também o saco azul ao lado do contentor. O facto de haver lixo à volta das ilhas ecológicas e dos moloques, não está relacionada uma coisa com a outra. -----

-----A questão é que, embora no caso de Carnaxide tenha melhorado muito o civismo, o lixo não aparece do ar e são os próprios moradores que o colocam à volta das ilhas ecológicas, os quais às vezes têm mais que um conjunto por rua e que mesmo assim prefere colocar o lixo orgânico e outro designado por entulho junto aos ecopontos, não o colocando nos sítios devidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Pela experiência do anterior Mandato verifiquei junto da Câmara com a informação que me foi dada que houve um aumento na reciclagem, por exemplo, em Carnaxide. Se uma coisa não está relacionada no contrário, também poderá estar relacionada neste caso, ou seja, o facto de as pessoas terem que ter o saco azul para colocar todos os dias e amontoá-lo junto à casa do lixo, acabou por ter a mais valia de ter ecopontos e ilhas ecológicas mais perto da sua residência e assim separar o lixo convenientemente. -----

----- Sabe-se que quando existem ecopontos as pessoas tendem - e eu verifico isso todos os dias - a levar mais que um recipiente e separar o lixo, às vezes, até na hora. Na minha opinião é uma forma de separação mais ecológica. Quanto ao lixo que aparece à volta das ilhas ecológicas não está relacionado, pois uma coisa não tem nada a ver com a outra.” -----

5.18. A Senhora Deputada Isabel Sande e Castro (CDS/PP) interveio, dizendo: -----

----- “Em relação à Moção apresentada hoje pelo Bloco de Esquerda, o Centro Democrático Social votará a favor. A razão disso é porque nos parece que esta medida que foi preconizada pela Câmara Municipal há catorze anos obteve muito bons e melhores resultados, é mais eficaz e aumenta a recolha selectiva. -----

----- Deparamo-nos hoje, não com a questão de ser retirada uma medida que em tempos foi boa mas porque esta alteração parece-nos precipitada por parte da Câmara Municipal, por não ser assente em estudo que a torne uma boa decisão. Isso é que nos faz acreditar que esta Moção releva, porque o facto de se terem retirado os contentores azuis revela que foi feito de uma forma precipitada, não defendendo nenhuma decisão coerente naquilo que é preciso fazer, que é um estudo profundo sobre esta área e talvez, quem sabe, fazer depois uma alteração.-----

----- É possível que isso venha a ser feito, pois há zonas em que se pode alterar e haver ilhas, mas é preciso que a decisão seja assente num estudo e não de forma precipitada como está a ser feito.” -----

5.19. A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IOMAF) interveio, dizendo: -----

-----“Eu tenho uma casa na Amoreira de Óbidos. Sou amiga e conheço muito bem o Senhor Presidente da Câmara de Óbidos e ele começou por entregar em todas as freguesias sacos para os fregueses separarem o lixo reciclável. Eu própria o tive em minha casa muitas vezes e depois de cheio metia-se dentro ou ao lado do ecoponto. O camião passava terças e quintas-feiras. Nas quartas e nas sextas-feiras já era uma multidão de sacos abertos e espalhados pela rua. -----Só porque na Moção do Bloco de Esquerda vem referida a Câmara de Óbidos, gostaria de dizer que a mesma acabou com esta situação, porque não só não resultou, como o lixo se espalhava todo pelas ruas. Como sou moradora e tenho uma casa na Amoreira de Óbidos digo-vos o que sei e, o que eu sei é que, deixou de existir em Óbidos esta recolha porta-a-porta.”

5.20. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio, dizendo:-----

-----“Não querendo gastar muito do vosso tempo queria rebater uma ideia errada que foi aqui colocada (acho que já noutra dia falei dela). É que o Bloco de Esquerda nunca propôs a generalização do porta-a-porta. O que ele apresenta nesta proposta é que os prédios que têm casa do lixo, aos quais foram retirados os contentores azuis com documentos da Câmara - tenho alguns de vários sítios - nesses sítios devem ser imediatamente repostos (não é amanhã, mas tão breve quanto possível.). -----

-----Como é evidente, não passa pela cabeça de ninguém que se faça a recolha através das casas do lixo em urbanizações que têm quarenta anos e os prédios não têm casas do lixo. A recolha selectiva tem que ser feita de acordo com as condições existentes nos prédios e nas urbanizações. -----

-----Se calhar não me expliquei bem e a Senhora Deputada não entendeu o que a proposta diz: é que nos prédios que já tinham esta recolha voltem a tê-la, mas o que será feito no futuro será o ponto número doze da Ordem de Trabalhos.” -----

5.21. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) interveio, dizendo: -----

-----“Sobre este assunto nós estamos de acordo com a Moção do Bloco de Esquerda,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dado que este é um assunto que deve ser encarado de frente e, de facto, deve ser feito um estudo mais profundo sobre essa questão, por isso estamos de acordo com esta Moção.” -----

5.22. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Com respeito à discussão que tem sido feita à volta deste assunto, é evidente que o Partido Socialista tinha de estar de acordo com esta Moção, porque ela mais não é do que uma réplica do assunto que foi levantado por parte dos Vereadores do Partido Socialista, em reunião de Câmara Municipal, e levantado posteriormente e anteriormente pela Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura, do Partido Socialista, há cerca de quinze dias atrás. Tem a ver com a nossa posição ou opção política relativamente a essa matéria que está no nosso programa político. --- -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide deu dois comentários que me parecem importantes e que merecem alguma reflexão, até pelo seu lado contraditório. Porque se é certo - e eu quero acreditar nas suas palavras - que havia moradores que pediram para retirar o sistema de recolha porta-a-porta, presumo que a Câmara tenha ido de acordo com a intenção e com essa possibilidade de se acabar com esse sistema de recolha. -----

----- O que é certo também, é que aquilo que se verifica neste momento, é que há sítios onde há situações de recolha porta-a-porta que as pessoas querem manter, e não é por isso que a Câmara Municipal, neste momento, não deixa de fazer a sua vontade mas esteja exactamente contra a sua vontade, como é feito em Algés relativamente a essa matéria. -----

----- Um segundo ponto que me parece importante - tem a ver com as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide - e é relativamente ao grande aumento que existe ou existiu com os moloques com respeito à questão da reciclagem e do seu aumento. Evidentemente se não existiam sítios onde se pudesse fazer reciclagem e a separação do lixo em Carnaxide e, se existiam eram sítios onde se metia tudo no mesmo lugar para ser lixo doméstico, é claro que a partir do momento em que há moloques isso aumenta o número de lixo

devidamente seleccionado e distribuído. Por isso os dois argumentos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia apresentou caem por terra, basta reflectirmos relativamente a esta matéria.----

-----Um terceiro aspecto que me parece importante seria perceber a posição do Partido Social Democrata, porque pelo que percebi - e não tenho nada a ver com o seu sentido de voto - é que o Partido Social Democrata, pela voz do Senhor Deputado Jorge Pracana, disse, de forma clara, que não se ia opor a esta Moção. Mas também não disse que a ia apoiar, por isso, pressuponho que se irá abster quanto a esta posição e um argumento por ele utilizado deixou-me curioso: deixemos depois chegar ao ponto doze da Ordem de Trabalhos porque aí poderemos discutir a situação. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), que está aqui há mais anos do que eu, concordará comigo quando o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador do Pelouro terão toda a oportunidade, visto que está Antes do Período da Ordem do Dia, de responder a todas as dúvidas que foram levantadas relativamente a esta Moção e depois, dessa resposta da Câmara Municipal, os partidos políticos terão que tomar posições claras relativamente a esta matéria independentemente disso. Mas a explicação do Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) para justificar desde já, porque vamos discutir isto no ponto doze é que não faz sentido nenhum, por isso, gostaria de deixar esta observação porque parvos não somos, mas tolinhos também não.” -----

5.23. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) retorquiu dizendo o seguinte: -----

-----“Eu volto a intervir, na medida em que foi invocado o meu nome, para em primeiro lugar, pelo respeito que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) me merece, só não lhe digo que não é pelo facto de ele dizer o que disse, que vai condicionar a opção de voto deste Partido. Consequentemente iremos votar de acordo com aquilo que é a nossa intenção, que é o entendimento que temos sobre esta matéria conjugado com a proposta que aqui virá e porque julgamos que esta matéria merece uma análise mais profunda e, mais do que isso, justifica - passo a redundância - as justificações que eventualmente a Câmara irá ter que dar quanto à outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

proposta e que, neste caso, está impedida de o fazer. A nossa posição tem tão-somente em vista esse facto, sem prejuízo daquilo que fora posição do Partido relativamente à proposta em causa. -

----- Que o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) fique descansado que continuaremos aqui a debatermo-nos por aquilo que é o interesse dos munícipes que seguramente será igual ao dele.”--

5.24. O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “O Senhor Vereador Ricardo Costa Barros irá responder mais especificamente às questões colocadas, mas eu gostaria de fazer dois comentários de natureza geral. É claro que nós somos todos ambientalistas e especialistas em ambiente, de maneira que todos temos as nossas ideias sobre essa matéria. -----

----- Na realidade, a Câmara Municipal de Oeiras foi pioneira e esse reconhecimento foi-lhe dado nas mais diversas instâncias. Quando em mil novecentos e noventa e quatro nós iniciámos este processo foi num contexto de experiência piloto, a nível de doze países, doze municípios da União Europeia e em que Oeiras foi um dos municípios que participou servindo, pelo menos, para mostrar que, no que toca à adesão dos portugueses e particularmente dos oeirenses a boas práticas ambientais na separação do lixo, tínhamos um comportamento idêntico aos ingleses ou aos alemães, por exemplo, e à frente dos franceses ou dos italianos. Foi isso que resultou dessa experiência de Queijas. -----

----- Naturalmente, da parte da Câmara Municipal nós não queremos andar para trás. Mas não fazemos como a avestruz - não metemos a cabeça na areia. O que era bom há doze anos não quer dizer que o seja hoje. Há evoluções sociológicas, comportamentais, as pessoas e as infra-estruturas mudam também e as modificações que a Câmara Municipal procura fazer são no sentido de melhorar a nossa performance.-----

----- Durante a campanha eleitoral o Partido Socialista chegou a falar que, por exemplo, havia diminuição da qualidade dos resíduos de Oeiras entregues na TratoLixo. Devo informar que na próxima quarta-feira irei levar uma informação à Câmara Municipal, a qual darei depois

também conhecimento à Assembleia, justamente sobre o que tem sido a evolução nesta questão. E confirma-se, mais uma vez, que a Câmara de Oeiras está à frente de Sintra, de Cascais e de Mafra, nesta matéria. Embora não valha a pena incluir Mafra porque tem um contexto urbano diferente. Mas Sintra e Cascais têm um contexto urbano idêntico ao nosso e os dados da recolha, ou seja dos resíduos entregues na Tratolixo continuam a firmar o Município de Oeiras como aquele que tem vindo a ter um crescimento sustentado e gradual ao longo dos anos. -----

-----O nosso objectivo, com qualquer modificação que façamos, vai no sentido de melhorar e não de piorar e, é obvio que, não queremos andar para trás mas para a frente. Por outro lado estamos perante uma matéria que exige alguma diversidade em termos de actuação. --

-----Surpreende-me, não que o Bloco de Esquerda apresente esta Moção, mas que o Partido Socialista seja tão ligeiro a apoiá-la, quando nós vemos no Governo a posição dos Senhores Deputados Socialistas ao afirmarem que não querem dois orçamentos paralelos. Aliás, o Senhor Primeiro-Ministro farta-se “de gritar” nessa matéria dizendo que, afinal, não pode ser a Assembleia da República e Governo a governar. Por isso, surpreende-me que os Socialistas, às vezes tão agarrados às questões formais, nem sequer tenham reparado que esta Moção é absolutamente ilegal e, portanto, não pode ser votada. Porque eu leio aqui: “... Por tudo o que foi anteriormente escrito a Assembleia Municipal de Oeiras delibera, na reunião efectuada em onze de Janeiro de dois mil e dez, que a Câmara Municipal de Oeiras torne a implementar a recolha selectiva porta-a-porta, em todos os locais onde já se fazia...”. Isto significa que quem governa não é a Câmara, mas a Assembleia Municipal. O que ela (Assembleia) pode, é dizer o seguinte: “... Por tudo ... a Assembleia Municipal de Oeiras delibera, na reunião efectuada em onze de Janeiro de dois mil e dez, recomendar que a Câmara ...” - não nestes termos imperativos. Esta Moção, tal qual está, não vale nada e surpreende-me que os Senhores Deputados do Partido Socialista não tenham feito esse reparo.-----

-----Posso garantir à Assembleia Municipal que as medidas que estamos a tomar vão no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sentido de melhorar a recolha e a qualidade dos resíduos e de aumentar a reciclagem. Inclusivamente nesta Moção até se fazem afirmações que são completamente despropositadas. Fala-se num menor consumo de energia quando comparado com a incineração. Mas o que é que nós temos a ver com esta? Nós não temos incineradoras. Temos a compostagem e o tratamento da gestão anaeróbica. E o que é que a incineração tem a ver com o caso? Não tem nada a ver com o assunto. Fazem-se aqui referências que não têm nada a ver. -----

----- Por outro lado, quando se fala em aumentar o número de postos de trabalho, o que o Senhor Deputado quer dizer é andar para trás. É, se o lixo for sujo e todo misturado, numa central de triagem onde os resíduos são separados, nesse caso há mais postos de trabalho - só assim é que eles se criam - caso contrário eles não existem. O que garante essa limpeza são justamente as ilhas ecológicas e os ecocentros.” -----

5.25. O Senhor Vereador Ricardo Costa Barros interveio, dando as seguintes explicações: ----

----- “Aprez-me muito saber que há outros municípios que começaram a fazer aquilo que nós iniciámos há catorze anos atrás. Eles estão no processo onde nós estávamos nessa altura e nós, hoje em dia, estamos num processo bem mais à frente do que esse. Eu acho que há aqui uma tentativa de mistificação daquilo que é a nossa realidade actual em termos deste Concelho. -----

----- O Senhores Deputados falam em estudos e gostaria de dizer com muita clareza que a Câmara Municipal não precisa de fazer qualquer estudo sobre esta matéria. O estudo foi feito pelo Ministério do Ambiente e tem um nome, chama-se PERSU DOIS - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, no qual estão definidas claramente uma série de metas sobre esta matéria, as quais estipulam regras claras para a tipologia de resíduos de lixo. -----

----- Irei dar três exemplos: uma meta tinha a ver com a valorização dos óleos alimentares. Há uma meta até dois mil e dez que o Município de Oeiras já cumpriu em dois mil e nove. Outra tem a ver com a valorização dos RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) - vulgo restos de comida - que vão alimentar a central de digestão anaeróbica que a TratoLixo está a fazer em

Mafra. Outra prende-se também com a separação clara dos Resíduos de Construção e Demolição chamados RCD. Tudo isto são metas que estão devidamente tipificadas, de resto, até, com quantidades. E em matéria de quantidades, o Município de Oeiras foi o único município da AMTRES (neste caso) que continuou a crescer em matéria de tonelagem de matéria reciclada entregue. Estando essas metas definidas e este Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, isso aponta claramente para uma sistemática separação do tipo de resíduos. Reparem que, agora já não chega resíduos orgânicos, estamos a falar de separar o que são resíduos orgânicos, claramente, de restos de comida - mais um passo.-----

-----É falso que, o facto de termos os vulgos (como são chamados nesta proposta) contentores azuis para colocar todo o lixo reciclado, aumente a recolha selectiva, sobretudo, porque aumenta a sua contaminação. Ou seja, em matéria de valorização de resíduos que está claramente tipificada neste Plano estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, existe um grau de contaminação possível para cada tipo de resíduo. Quando está tudo misturado obviamente a qualidade dos resíduos entregues, que posteriormente vão para valorização, diminui. Diminuindo isso, diminuimos também a possibilidade de valorização energética. -----

-----Sem querer entrar naquilo que vai ser discutido no ponto número doze - estamos a falar de assuntos diferentes - a aposta da Câmara Municipal é dar um passo mais à frente nesta matéria, sistematizando os sistemas de recolha selectiva integrais e não continuar a insistir na recolha multimaterial. Só assim nos permite aumentar significativamente o conteúdo de valorização de cada resíduo. -----

-----Uma das matérias onde vamos trabalhar este ano prende-se justamente com esta questão da separação dos resíduos de construção e demolição, a par da valorização dos RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis), os tais ditos restos de comida. Com isto, a par de um ecocentro que também está programado no âmbito do orçamento da Tratolixo para este ano em Oeiras na zona de Laveiras, vamos garantidamente aumentar a nossa capacidade de continuar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

melhorar a nossa recolha selectiva, não multimaterial. Esta é a razão pela qual nós continuamos a estar mais à frente que qualquer outro município da AMTRES.-----

----- Não vai ser intenção da Câmara Municipal continuar a suportar ou a fomentar a recolha multimaterial de resíduos recicláveis. Não é esse o caminho. Pode ser que seja esse o caminho que alguns municípios, que ainda não estão na fase onde nós estamos, estejam a querer implementar hoje em dia, mas nós, garantidamente, estamos um passo muito mais à frente daquilo que está aqui estipulado.”-----

5.26. O Senhor Presidente da A.M. interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Nós temos mais duas inscrições sobre esta Moção, mas vou dar a palavra ao Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) porque ele vai fazer uma Proposta de Alteração da Moção e depois darei ao Senhor Deputado Marcos Sá (PS).”-----

5.27. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “O Bloco de Esquerda aceita a sugestão do Senhor Presidente da Câmara de acrescentar o verbo recomendar. Pedia por favor que acrescentasse.”-----

5.28. O Senhor Presidente da A.M. acrescentou o seguinte:-----

----- “Ficará assim: “... Por tudo o que foi anteriormente escrito a Assembleia Municipal de Oeiras delibera recomendar ...”.”-----

5.29. O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) disse o seguinte:-----

----- “Tendo esse problema resolvido, pela leitura que fiz do último parágrafo, nem isso era necessário porque está subentendido que é uma Recomendação - percebe-se isso claramente - mas fazendo a questão mais formal como o Senhor Presidente pretende, evidentemente que ninguém quer governar a Câmara através da Assembleia Municipal. No entanto, o que o Senhor Presidente não pode querer é que a Assembleia Municipal não seja o Órgão Político, onde os Grupos Políticos transmitem aquilo que defendem perante aquilo que defenderam diante o Eleitorado. Essa é que é a parte importante e é uma questão que gostaria de deixar esclarecida ao

Senhor Presidente: nós defenderemos aquilo que defendemos durante a campanha eleitoral no sítio certo que é na Assembleia Municipal. O Senhor Presidente habitue-se porque é algo normal e sempre foi feito assim no passado, por isso, não percebo porque é que o Senhor Presidente está tão fustigado com essa questão de se levantar as nossas opiniões e posições políticas nesta matéria.-----

-----Não coloco isto na perspectiva do consumidor, como fez o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide - o cidadão ou do civismo do cidadão - porque esses casos são muito pontuais. É evidente que há pessoas que do ponto de vista cívico têm alguns problemas, existem em todas as cidades e concelhos, mas o facto é que em Oeiras isso não se nota muito. Isso é positivo e é algo importante de registar.-----

-----Aquilo que não consigo compreender, porque o Senhor Presidente da Câmara trouxe um problema sobre o qual eu não queria falar mas que tem sido público já há uns meses e que também convém a Câmara Municipal informar isso através das informações escritas que tem relativamente à TratoLixo e aos aterros que fizeram (pelo menos é publicamente aquilo que aparece) de forma clandestina, e aquilo que me faz confusão enquanto munícipe, é nós ensinarmos os nossos filhos e nós próprios nos habituarmos a fazer a selecção do lixo e a separá-lo convenientemente e, depois, a Câmara recolhe esse lixo e a empresa também (que por mero acaso tem participação na Câmara Municipal), a qual pega nesse lixo todo que foi separado e mete-o num aterro. Isso é que me parece, do ponto de vista cívico, algo completamente aberrante e fora de sentido.-----

-----Nessa perspectiva seria bom haver informações escritas relativamente ao modo como a TratoLixo faz depois o tratamento desse lixo, porque pelas notícias que têm vindo a público - já foram primeira página no Expresso e noutros jornais - convinha, nós munícipes e Assembleia Municipal, termos a informação relativamente a essa matéria porque, do ponto de vista ambiental, parece-me um problema muito grave.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Vereador Ricardo Costa Barros pode dizer aquilo que bem entender, exactamente como eu, mas o certo é que eu, quando falo, falo com base em estudos, ao contrário do Senhor Vereador que fala com base em estudos e diz que nem precisa deles (disse-o aqui e está em acta com certeza). -----

----- A nossa posição política tem a ver com estudos científicos. Eu não estou a falar de cor ou porque sou o maior nestas matérias. Estou a falar porque sei do que estou a falar e há estudos que sustentam a minha posição política, no entanto, o que o Senhor Vereador diz é que nem precisa de estudos quanto a uma decisão política desta gravidade. -----

----- E há algo que me parece importante, é que se formos directamente à questão, nós podemos discuti-la. A questão é esta, é muito simples e põe-se em todos os concelhos deste país, não é só no Concelho de Oeiras. A questão é muito simples: tem a ver com o custo de recolha. Evidentemente se o Senhor Vereador me disser que, do ponto de vista dos custos que a Autarquia tem para a recolha deste lixo, é mais barato assim e até pode funcionar - pode não se separar tanto, mas que até funciona - e do ponto de vista da avaliação global a vossa opção é mais pela questão do dinheiro do que propriamente pela questão ambiental - isso é um ponto - e se começamos a discutir assim estamos a fazê-lo bem e com seriedade. Os dados são públicos e inclusive numa iniciativa pública tive a oportunidade de cá ter o Senhor Secretário de Estado do Ambiente que disse de forma clara, objectiva e “sem papas na língua”: esta é a melhor opção de recolha e separação do lixo - é a recolha porta-a-porta. -----

----- Quanto às autarquias elas terão que reflectir sobre essa matéria e presumo que a Câmara de Oeiras esteja a reflectir sobre ela, no entanto, se quer fazer isso e trazer aqui outra posição tem que o justificar devidamente. Não é vir dizer que do ponto de vista ambiental, pois de todos os pontos de vista só aquele que não é favorável, é o ponto de vista ambiental. Se me disserem que do ponto de vista dos custos, dos recursos humanos, etc., sai mais barato - estamos de acordo - agora, do ponto de vista ambiental não é com certeza, Senhor Presidente.” -----

5.30. O Senhor Vereador Ricardo Costa Barros interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“É preciso ter atenção às palavras que se dizem. Nós não precisamos de fazer estudos porque nos baseámos justamente no Plano Estratégico elaborado pelo Ministério do Ambiente e se este não obedeceu a estudo, isso já é outra coisa, que eu não quero acreditar. -----

-----Para desmistificar esta questão os custos de recolha são maiores como a Câmara Municipal está, a querer fazer a sua implementação, do que na recolha multimaterial.” -----

5.31. VOTAÇÃO - MOÇÃO RELATIVA AO SISTEMA DE RECOLHA SELECTIVA PORTA-A-PORTA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA -----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi rejeitada, com vinte e dois votos contra do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e quinze votos a favor, sendo dez do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e um do Bloco de Esquerda e com cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 2 /2010**-----

-----**MOÇÃO RELATIVA AO SISTEMA DE RECOLHA SELECTIVA PORTA-A-PORTA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Moção referida em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do BE, tendo a mesma sido rejeitada, com vinte e dois votos contra do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, quinze votos a favor, sendo dez do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e um do Bloco de Esquerda e com cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

5.32. O Senhor Presidente da A.M. informou o seguinte: -----

----- “São dezasseis horas e quarenta minutos e já cumprimos mais de metade do tempo previsto no nosso Regimento para o Período Antes da Ordem do Dia, no que diz respeito às intervenções. Temos inscrições, por isso, apelo aos Senhores Deputados que, sem prejuízo de dizerem tudo aquilo que querem dizer, tentem comprimir o tempo e aproveitá-lo ao máximo porque temos uma Agenda da Ordem do Dia muito longa.” -----

5.33. O Senhor Deputado Luís Santos (IOMAF) disse o seguinte:-----

----- “Queria referir-me ao facto de no passado dia dezanove de Dezembro, a Escola Secundária de Linda-a-Velha ter passado a chamar-se Escola Professor José Augusto Lucas. ----

----- Quero felicitar o Conselho Executivo da Escola, os professores e restantes funcionários por terem decidido prestar esta justíssima homenagem ao Professor José Augusto Lucas, atribuindo o seu nome à escola a que ele dedicou a sua vida profissional e na qual ele deixou a sua marca e soube gerir apesar das dificuldades conjunturais que se lhe depararam.-----

----- Foi uma justíssima e feliz homenagem ao Professor José Augusto Lucas que tão cedo nos deixou e eu queria aqui, mais uma vez também, prestar-lhe esta homenagem que ele também soube merecer.-----

----- Um bem-haja também, uma vez mais, ao Conselho Executivo da Escola por ter levado a cabo esta sua resolução.”-----

5.34. O Senhor Deputado Luís Teodósio (PSD) expressou o seguinte: -----

----- “Já não é a primeira vez que vemos a Praia da Cruz Quebrada ser referida, pelos piores motivos, na comunicação social. -----

----- Nesta praia residem munícipes em condições francamente deploráveis.-----

----- Sei que aquele local é da responsabilidade da Administração do Porto de Lisboa, mas a cada incidente que lá acontece é sempre associado o nome de Oeiras e, conseqüentemente,

o nome da Câmara Municipal de Oeiras, conhecida por ter sido uma das primeiras a ter erradicado o flagelo das barracas no nosso País.-----

-----Face ao exposto gostaria de saber que diligências estão a ser feitas para acabar, de uma vez por todas, com este problema.”-----

5.35. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Gostaria de falar da Regueira de Queijas onde, entre a auto-estrada e a estrada militar, há uma zona que está infestada de ratos, a qual já falei algumas vezes na Assembleia de Freguesia e até à data ainda não foi feito nada.-----

-----Há também o colector que os SMAS ficaram de fazer na Quinta da Telha para evitar as descargas que vão para a Regueira.-----

-----Na Alameda de Queijas o lago continua sem protecção, o que pode ser perigoso para as crianças.-----

-----Há também as árvores que se encontram no Jardim do Bairro do Lameiro que precisam de ser podadas, pois com o vento os troncos que se partem alojam-se no telhado do edifício de habitação que fica junto e torna-se prejudicial.-----

-----Por último, refiro a colocação de lombas na Rua Angra do Heroísmo (que também já foi falado) e que já me foi dito uma vez, que a Câmara já não punha lombas. Mas, ultimamente, observo lombas em tantos sítios que, na minha opinião, aquele era um sítio onde estas deveriam ser colocadas porque os carros passam em grande velocidade e um dia pode haver problemas.”--

5.36. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Há uma questão que gostaria de levantar que tem a ver com a Freguesia de Paço de Arcos, a qual começa-se a chamar a freguesia charme, onde existe uma situação a cerca de duzentos metros, no Bairro J. Pimenta, na Rua Peixinho Júnior - um ex-centro comercial que neste momento está entaipado - onde existe lixo, ratos e um mau cheiro que tem sido prejudicial aos moradores daquela zona e, até agora, ainda não houve uma resolução daquela situação, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

consequente, gostaríamos de saber quando irão resolver aquele problema.” -----

5.37. O Senhor Paulo Amaral (J.F. Cruz Quebrada/Dafundo) exprimiu o seguinte: -----

----- “A minha intervenção vem no seguimento da que fiz na penúltima Assembleia Municipal e da preocupação pelas pessoas que vivem nas barracas da Cruz Quebrada. Nessa altura manifestei a minha preocupação nas marés vivas que aconteceriam há uma semana atrás e tomei algumas providências falando com familiares das pessoas que lá moram. Eu próprio fiz essas demarches e três das seis pessoas que lá residem ficaram em casa de familiares ou amigos. As outras estão em lares mas também estão numa situação provisória. -----

----- Sabendo que existem entidades que têm responsabilidades nesta matéria - como a Administração do Porto Lisboa e a Refer - e que existem barracas legais e também clandestinas, a minha pergunta para a Câmara Municipal é a seguinte: no que é que se vai empenhar para que a situação destas pessoas deixe de ser provisória e passe a ser definitiva? E em relação às barracas clandestinas que foram destruídas agora pela tempestade, se vai haver mesmo alguma limpeza da praia ou se a Câmara vai colaborar nela, de maneira a não serem ocupadas por outras pessoas, porque actualmente as barracas estão desocupadas devido a estas pessoas estarem numa situação de instalação provisória noutras instituições.” -----

5.38. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) proferiu o seguinte: -----

----- “Eu começava por esta questão da Praia da Cruz Quebrada, até porque algumas daquelas pessoas que foram afectadas pelo problema das marés dizem que pagam renda à APL e eu gostaria de saber se isso é realmente verdade. -----

----- Em segundo lugar gostava de saber da parte do Senhor Presidente da Câmara, o que é que se passou com os pescadores de Paço de Arcos, sensivelmente na mesma altura, ou seja, com os sítios onde eles guardavam os apetrechos e quais os prejuízos que tiveram, porque parece que muitos dos materiais não cabiam no espaço destinado a arrumações. -----

----- Em terceiro lugar, há uns bons anos tive uma polémica bastante longa com o Senhor

Presidente da Câmara, relativamente às cheias do Dafundo junto ao Aquário e felizmente isso foi resolvido, mas gostava de perceber qual foi o motivo de haver cheias, há uma ou duas semanas, na estrada que liga Queluz de Baixo a Queijas. Gostava de saber porque é que isso aconteceu, porque até é uma zona relativamente alta. No Dafundo que fica no buraco, ainda se compreende que haja cheias, mas num sítio alto é mais complicado de entender. -----

-----Em último lugar gostaria de colocar a questão da Ribeira do Alto dos Barronhos. A obra, tanto quanto sei, ainda está embargada. A Câmara, aliás, pôs lá uma placa que diz: “embargado” e há alguns dias atrás passei por lá de carro e a placa já lá não está. Gostava de saber se foi realmente a Câmara que retirou a placa e o que se passa com aquilo.” -----

5.39. O Senhor Deputado Bruno Pires (PSD) proferiu o seguinte: -----

-----“O que me traz a intervir hoje prende-se essencialmente com o aumento da água e as últimas notícias que têm vindo a publico, de que a EPAL decidiu, ou irá tomar essa decisão daqui a uns breves dias, aumentar o preço da água que vende aos municípios em zero ponto cinco por cento. -----

-----Esta medida vem no decorrer de uma informação que a própria inflação para quase todos os municípios se apresentou negativa. Eu tenho que questionar se também se prevê este aumento para o Município de Oeiras.-----

-----Uma outra questão tem a ver com a estrada que está junto à Estação de Caxias que, constantemente aquando das chuvadas, inunda, não existindo um escoamento capaz e eficaz, mesmo perante as constantes reclamações junto dos SMAS.”-----

5.40. O Senhor Deputado Bruno Magro (PS) disse o seguinte:-----

-----“As questões que vou referir já foram colocadas há cerca de dois anos na Assembleia de Freguesia de Oeiras e até à data não tiveram qualquer desenvolvimento. Em primeiro lugar, relativamente aos problemas de estacionamento na Rua das Antas (Freguesia de Oeiras), foram-me pedidas três situações para serem resolvidas - a pintura dos lugares de estacionamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

naquela rua (pintaram as passadeiras no fim da rua mas os lugares ficaram por pintar), a possibilidade de se colocar um sinal de sentido proibido ou de trânsito proibido excepto a moradores, uma vez que se trata de um beco e, por fim, ver a possibilidade de se fazer ao cimo da rua (onde existem uns terrenos baldios que pertencem ao Ministério da Defesa), um género de rotunda porque esta rua tem problemas de inversão de marcha. -----

----- Até à data estas situações não foram resolvidas (pelo menos as duas primeiras que são mais fáceis de resolver) e acredito que este assunto foi apresentado e levado à Câmara pela Junta de Freguesia de Oeiras. -----

----- Outro assunto, bastante mais importante e problemático tem a ver com a bateria militar instalada ao cima da Rua das Antas que está abandonada há cerca de quatro anos o que tem chamado a atenção de pessoas menos desejadas para aquele local. O tráfico de droga é feito naqueles terrenos, há quem fale também em prostituição e o mais curioso é que, falando com alguns agentes da Esquadra da PSP (alguns já cá estão há seis ou sete anos) percebi que eles não tinham conhecimento desta bateria militar. Imagino como aquilo estará por dentro.-----

----- Acreditando que este assunto foi falado na Assembleia de Freguesia e que esta o fez chegar à Câmara penso que estes dois anos foram tempo suficiente para a Câmara, junto das entidades competentes, diligenciar o que fosse necessário para encerrar essa bateria, designadamente as portas e janelas que estão abertas e degradadas.”-----

5.41. O Senhor Presidente da C.M.O. deu as seguintes informações: -----

----- “As marés-vivas na Cruz Quebrada constituem um problema que já se arrasta há muitos anos. Algumas famílias fixaram a sua residência na praia, em construções ilegais (não conheço nenhuma que fosse legal). A Administração do Porto de Lisboa terá dado algumas licenças de pesca para as pessoas se instalarem ali, juntamente com os apetrechos para a pesca. Com o tempo, acabaram por se fixar ali algumas pessoas e havia ainda algumas casas encostadas à estação que, segundo diz a APL serão da responsabilidade da REFER e esta parece assumir

esta responsabilidade e, portanto, terá havido até tempos em que pagariam renda por se encontrarem ali. -----

-----Como sabem a Câmara Municipal teve um processo de realojamento em todo o Concelho e, portanto, todas as famílias que viviam em barracas foram realojadas. -----

-----Naquele caso concreto houve famílias que já foram realojadas, não é a primeira vez que as marés vivas se manifestam naquele local e, desde há muitos anos que a Câmara tem vindo a colocar este problema à APL e à REFER. A verdade é que, quer uma, quer outra, não se preocuparam muito com a situação e, por isso, nunca estiveram disponíveis para encontrar uma solução para essas famílias. Naturalmente que, quando há uma situação de crise ou de perigo, alguém tem que resolver o problema e por norma é a Câmara Municipal.-----

-----Neste caso houve situações de acolhimento em lares, uma senhora sobre a qual se tem dúvidas mas que, poderá, eventualmente, ser realojada e ainda outra senhora que vive lá há quatro ou cinco meses e, por isso, não tem qualquer hipótese de realojamento. -----

-----É importante que a APL identifique quem são as pessoas que têm licença para ali se encontrar e as que não têm. Relativamente a barracas ocupadas ilegalmente, estas devem ser demolidas e quem as deve demolir é o Porto de Lisboa. Se a APL não tiver capacidade para isso, pede à Câmara Municipal para o fazer.-----

-----Normalmente as coisas sobram sempre para a Câmara Municipal, de resto, reuni com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada nesta manhã a quem transmiti qual é a política nesta matéria. Hoje, infelizmente, devido à crise e ao desemprego, há muitas famílias que têm dificuldades em suportar as rendas de casa - há pessoas a pagarem quatrocentos euros de casa e a receber quinhentos euros de ordenado e também há pessoas com rendas de quatrocentos euros, não tendo ordenado nenhum e, naturalmente que, muitas vezes, essas pessoas são despejadas. Quando isso acontece, batem à porta da Câmara Municipal e esta, se pode resolver, resolve mas, obviamente que a Câmara não pode fazer alarido desta matéria porque senão, muita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gente deixa de pagar a casa, para ser despejado, para ter uma casa da Câmara e isso seria o expoente do oportunismo. -----

----- Neste caso os responsáveis pela situação são a APL e a REFER. Há situações de risco como aconteceu agora com as marés-vivas, foram encontradas as soluções para instalar as famílias provisoriamente. Quanto às possibilidades de realojamento, poderá haver desde que haja acordo com a APL ou com a REFER. A Câmara Municipal está disponível para fazer a limpeza e já oficiámos a APL neste sentido, desde que o Porto de Lisboa não seja capaz de o fazer. Se pedir à Câmara Municipal para o fazer, a Câmara fá-lo-á, aliás, não interessa sequer fazer o realojamento de quem quer que seja se, porventura, no dia seguinte vai para lá outra família. Se não vai, o Porto de Lisboa autoriza uma nova barraca para alguém lá instalar os apetrechos de pesca e essa pessoa acaba por se instalar lá. Depois, está em cima da areia, vêm novamente as marés vivas e lá vai a Câmara Municipal realojar. -----

----- Esta é uma questão que tem que ser tratada com algum bom senso entre a Câmara e as instituições que referi. -----

----- Relativamente à Estrada Militar de Queijas e às ratazanas que lá existem (se bem percebi), a Câmara Municipal tem um programa de desratização e desbaratização que ocorre em todo o Concelho mas, em situações emergentes, pode desencadear-se um projecto específico nessa área. Se a Senhora Deputada da CDU puder depois identificar melhor essa situação, os serviços podem averiguar esse assunto. -----

----- Quanto às lombas eu não percebi qual a rua a que se referiu.” -----

5.42. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) explicou, dizendo o seguinte:-----

----- “Esta situação passa-se na Rua Angra do Heroísmo que liga Queluz de Baixo a Queijas.”-- -----

5.43. O Senhor Presidente da C.M.O. continuou, dizendo o seguinte: -----

----- “Se me está a dizer que é a rua que vem da Estrada Militar e que vai em direcção à

Cooperativa, quer dizer, aquilo não é uma rua camarária, é uma rua particular que pertence à ANACOM.” -----

5.44. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) voltou a intervir, dizendo o seguinte: ---

-----“As pessoas passam nessa rua para fugir ao trânsito e vão sempre com grande velocidade.”-----

5.45. O Senhor Presidente da C.M.O. continuou, dizendo o seguinte: -----

-----“Vamos ver essa situação. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) a questão que colocou já foi abordada algumas vezes na Assembleia Municipal e trata-se de um processo muito antigo que já vem antes do Vinte e Cinco de Abril. São cerca de cento e vinte lojas, uma parte significativa delas foram transaccionadas e julgo que houve uma altura em que algumas chegaram a abrir e depois é que encerraram. Eu já estive lá dentro e aquilo tem umas condições miseráveis. Foi a Câmara que lá fez as limpezas, com desratizações, etc..-----

-----A Câmara Municipal tem vindo a tentar notificar os proprietários para se encontrar uma solução e inclusivamente estes foram ameaçados de demolição, até porque ali não há outra hipótese além destas duas. Foi possível identificar e notificar praticamente todos os proprietários e, neste momento, estão a negociar as lojas. Ao que parece já terão a maioria dessas lojas e julgo que já estará em vias de ser encontrada uma solução para aquele espaço. De facto, o processo arrastou-se muito, a Câmara Municipal também não podia proceder à demolição sem antes notificar todos os proprietários e as notificações eram muito complicadas porque, como sabem, já lá vão trinta anos, alguns estão no estrangeiro e outros não se sabe onde residem, o que resulta num processo burocrático muito complicado. -----

-----De acordo com a informação que tenho penso que, daqui por uns meses, já estaremos em condições de tomar uma decisão sobre essa matéria. -----

-----Relativamente à questão de Paço de Arcos, colocada pelo Senhor Deputado Miguel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Pinto (BE), obviamente, como calculam, nesta matéria, as pessoas tentam sempre aproveitar a situação para ver se obtêm alguma ajuda. Dá-se a circunstância que, no caso dos pescadores de Paço de Arcos, eles não têm qualquer razão para pedir indemnização e se pedissem também não seria à Câmara porque esta é a que menos tem a ver com o assunto. A Câmara Municipal só poderia intervir se fosse uma situação grave do ponto de vista social, tentando encontrar uma solução, minorar os prejuízos, etc..-----

----- Se não fosse a construção que a Câmara fez, possivelmente, eles não tinham lá apetrechos nenhuns. Os prejuízos atingiram a parte que estava já fora do gradeamento das construções e aquilo que provocou o rebentamento da grade foi um barco que puseram lá dentro e que não deviam ter posto. Naturalmente, com a água a bater dos dois lados, o barco acabou por rebentar a rede. Atenção, se não estivesse lá a construção, ainda tinha ido mais depressa porque os que estavam dentro da rede conseguiram-se aguentar mais tempo. Antes da Câmara ter construído aquelas células para cada um dos pescadores, não existia nada e nesse caso, quando a água ali chegasse, levava tudo.-----

----- É compreensível que os pescadores tenham deitado “o barro à parede” para ver se obtêm algum benefício. De qualquer modo ainda estou a aguardar que me tragam o relatório sobre a forma como aquela situação evoluiu mas a informação verbal que tenho é a que expus aqui. -----

----- Quanto às cheias na Estrada de Queluz de Baixo, eu desconheço mas admito que possa ter havido alguma situação dessas, provocada, talvez, por algum entupimento nos sumidouros. São situações que resultam de entupimentos pontuais e só quando chove muito é que isso pode acontecer, mas vamos averiguar. -----

----- Quanto à Ribeira dos Barrinhos, ao que sei (e houve recentemente uma reunião com o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo), este problema arrastou-se porque aguardávamos um parecer relativamente

a um estudo prévio que a Câmara enviou para regularização da ribeira e construção da estrada. Parece que finalmente haverá luz verde para avançar com o projecto que a Câmara apresentou e acontece que essa placa que referiu, fui eu que a mandei lá pôr por uma razão muito simples. Essa placa dizia que aguardávamos o parecer da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e na última reunião, esta Administração expressou a sua insatisfação pela colocação daquela placa. Nós esclarecemos que esta tinha sido colocada como forma de pressão, para que as pessoas soubessem que o problema não estava dependente da Câmara mas sim do parecer da Administração da Região Hidrográfica do Tejo.-----

-----Disseram-nos que o parecer iria chegar rapidamente à Câmara Municipal e questionaram-nos se podíamos tirar a placa - foi o que fizemos. Como os Senhores Deputados se aperceberam, está prevista a verba necessária (de quase um milhão e meio de euros) nas GOP deste ano, para a resolução deste problema. Já tínhamos o acordo dos moradores e penso que se mantém mas foi marcada uma reunião com eles para a próxima semana. -----

-----Existem três grupos com advogados diferentes e chegou-me a informação de que teria entrado uma nova acção para reposição da ribeira no local onde estava, originariamente mas, obviamente que isso é impossível porque, originariamente, ela estava debaixo dos prédios. Para a repor no local originário teriam que se demolir os prédios. -----

-----Há aqui uma situação contraditória porque, se por um lado, há o parecer favorável da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e, por outro lado há este requerimento, pode ter havido uma distonia de um dos advogados que, por não ter visto ainda a solução, avançou com novo requerimento. -----

-----A última informação que tenho (há cerca de um mês) é que, finalmente, haverá acordo quanto ao projecto que a Câmara Municipal apresentou. Está marcada uma reunião para a próxima semana e se houver concordância de todas as partes, a Câmara Municipal está em condições de abrir imediatamente o concurso para a execução do projecto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente aos preços da água, essa polémica vem retratada hoje nos jornais e o presidente da AMEGA contesta os preços praticados pela EPAL. Esta desmente dizendo que não está, de maneira nenhuma, a prejudicar os municípios que fornece, em comparação com os cidadãos de Lisboa. Por exemplo, os SMAS de Oeiras e Amadora pagam a água ao preço que a EPAL vende aos consumidores de Lisboa. Obviamente que é uma situação injusta porque para os serviços municipalizados que a compram ao preço a que ela é fornecida aos consumidores em Lisboa, isso faz com que os consumidores de Oeiras e da Amadora tenham que a pagar mais cara. -----

----- Sendo nós um adquirente grossista estamos a comprá-la como se fosse a retalho. Isto é, a água tanto custa aos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora, que compram milhões de metros cúbicos, como àquele que, em Lisboa só consome cinco metros cúbicos de água.-----

----- Relativamente ao preço, devo dizer que nunca o actualizamos em função do da EPAL, aliás, já foi aqui discutido (e será hoje também quando virmos as GOP dos SMAS) com frequência, particularmente por parte dos Senhores Deputados do Partido Comunista, que contestam esta questão da distribuição dos dividendos por Oeiras e Amadora. A verdade é que a água dá prejuízo aos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora. A água é altamente deficitária em relação aos Serviços Municipalizados. Aquilo que, realmente, é positivo é a tarifa da conservação de esgotos. É aí que se vai buscar o dinheiro e não à água. Estamos a vender a água com prejuízo.-----

----- Lembro-lhes ainda que temos perdas de água na ordem dos dezoito por cento o que faz com que, a nível nacional, sejamos os Serviços que a têm mais baixa. -----

----- Nós actualizamos o preço a uma taxa menor do que aquela que a EPAL nos fixa.-----

----- A inundação junto à estação de Caxias que já tive oportunidade de ver, penso que também se trata de uma questão pontual de escoamento e julgo que esta será corrigida. -----

----- Relativamente ao estacionamento na Rua das Antas, vou averiguar mas os problemas

do estacionamento são-nos postos relativamente a muitos pontos do Concelho. É pena que os terrenos não sejam baldios porque o facto de pertencerem ao Ministério da Defesa torna esta situação numa complicação. Se os terrenos fossem de outra entidade seria mais fácil negociar mas com o Ministério da Defesa é sempre muito complicado - muitos generais, almirantes e é preciso negociar com todos eles. -----

-----Quando fala na bateria das Antas, está a referir-se a qual?” -----

5.46. O Senhor Deputado Bruno Magro (PS) explicou, dizendo o seguinte: -----

-----“Descendo as escadas da Biblioteca, olhando para a nossa direita vêem-se os telhados de duas moradias e a bateria militar fica mesmo em frente a essas moradias. A bateria militar está abandonada há uma série de anos e aquele espaço tem sido ocupado (desde que a senhora que lá morava, faleceu) por toxicodependentes.” -----

5.47. O Senhor Presidente da C.M.O. continuou, dizendo o seguinte: -----

-----“Nós estamos a negociar, não com o Ministério da Defesa mas com a PARPÚBLICA a aquisição de uma série de prédios militares e esse não aparece, nem a bateria das Fontainhas que é mais abaixo mas vamos averiguar isso.” -----

5.48. O Senhor Deputado José Neno (J.F. Oeiras) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“A minha intervenção serve apenas para explicar que essa bateria fica mesmo ao cimo da Rua das Antas, está toda coberta com vegetação e, na verdade, a Junta de Freguesia já falou nessa situação, por diversas vezes, na Câmara. Esse local precisava de ser pelo menos limpo, ou vedado. Eu vivo ali perto, aquele local é muito mal frequentado e, segundo os moradores, existem ali graves problemas de droga e de prostituição.” -----

5.49. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente não respondeu a três pontos que eu questioneei. -----

-----Um deles tem a ver com o colector que os SMAS ficaram de fazer para a Regueira de Queijas para acabar com aquelas descargas que fazem e que continuam a fazer.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.50. O Senhor Presidente da C.M.O. respondeu, dizendo seguinte: -----

----- “Mas o que está previsto não é um colector dos SMAS mas sim o tratamento daquela regueira.” - -----

5.51. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) disse o seguinte: -----

----- “O tratamento já foi feito.” -----

5.52. O Senhor Presidente da C.M.O. perguntou o seguinte: -----

----- “Quando fala em colector fala em fechar? Em cobrir?” -----

5.53. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) respondeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Sim.” -----

5.54. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Isso não está previsto. Já lá fui várias vezes e nem sei se nos deixarão fechar. O Senhor Vereador foi lá Presidente da Junta de Freguesia e até foi ele que reparou uma parte. Mas qual é o problema ali? Maus cheiros?” -----

5.55. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Maus cheiros de descargas que lá fazem.”-----

5.56. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Isso são coisas distintas. O problema do colector que provoca o mau cheiro é que tem que ser resolvido. Tem que ser feita a drenagem, ou seja, o que está a ser drenado para a regueira tem que drenar para um colector de esgotos. Mas vamos identificar e verificar essa situação”-- -----

5.57. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Há outra situação que é a seguinte: o lago que está na Alameda de Queijas ainda não tem uma protecção.”-----

5.58. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Esse lago não é para ter protecção. O que acontece é que ele ainda não está a

funcionar a cem por cento. Ele tem um ligeiro declive e no Verão, os miúdos até devem andar lá a saltar no meio para se refrescarem.” -----

5.59. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Estou a referir-me ao outro cá de baixo.”-----

5.60. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Pensei que se estava a referir ao do meio. Eu penso que já foi requerido ao empreiteiro que o vá arranjar.” -----

5.61. A Senhora Deputada Águeda Counhago (CDU) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Outra situação tem a ver com as árvores enormes que se encontram no jardim do Bairro do Lameiro e que precisavam de ser cortadas.”-----

5.62. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Se forem choupos, cortam-se porque temos um plano para esse efeito mas já tomei nota e vamos averiguar a situação.”-----

6. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

6.1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. Nº. 1170/09 relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para 2010 - Ofício Nº. 61167 - 30.12.2009, que a seguir se transcreve:-----

“21 - PROPOSTA Nº. 1170/09 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010 - SMAS: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de nove de Dezembro de dois mil e nove, aprovou por unanimidade, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dez, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, proponho: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um A ratificação da deliberação do Conselho de Administração referente à aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dez; -----

----- Dois O respectivo envio à Assembleia Municipal de Oeiras, para efeitos de aprovação, nos termos da alínea b) do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, conjugado com o disposto na alínea a) do número seis, do artigo sexagésimo quarto, ambos da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro (na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro).”-----

----- II - Relativamente a esta proposta o **Senhor Presidente** fez a sua apresentação dizendo que, o Orçamento dos SMAS situa-se no valor de sessenta e três milhões de euros, sendo que a sua principal receita se situa nos noventa e quatro, cinco por cento, cuja proveniência vem da venda de bens e serviços. -----

----- Quanto à venda da água foi considerado o valor previsto em dois mil e nove, tendo em conta um valor tarifário médio, ponderando um número de consumidores de dois mil e oito e os actuais, cujo valor é de vinte e seis milhões e cinquenta mil euros, sendo que a maior parte da despesa é aquisição de água e a maior fatia é a venda de água. -----

----- No que respeita à tarifa de conservação também tem os valores médios, que nos termos da Lei são os de dois mil e sete, dois mil e oito e a previsão de dois mil e nove, cujo valor importa em catorze milhões e duzentos mil euros, entrando nesta conta a recuperação de dívidas.

----- No que tange à tarifa de utilização o seu valor corresponde a cinco milhões setecentos e trinta e dois mil euros, decorrendo dos compromissos com a SANEST e com a Sim Tejo.-----

----- No que respeita à tarifa de ligação o seu valor é de dois milhões e setecentos mil euros, valor médio cobrado em dois mil e sete, dois mil e oito e previsão de dois mil e nove, tendo mais uma vez em conta os aspectos relativos à recuperação e dívida.-----

----- Trabalhos por conta de particulares importam no valor de um milhão e setecentos e

cinquenta mil euros. -----

-----Colectores pluviais cento e quarenta mil euros, que dizem respeito a obras realizadas pelos SMAS por conta da Câmara.-----

-----O valor para dois mil e oito da cota de disponibilização de serviço, importa em oito milhões setecentos e trinta e seis mil euros, decorrendo este valor da substituição do aluguer dos contadores, onde ainda estão duzentos e cinquenta mil euros. -----

-----Na taxa de Recursos Hídricos a verba é de um milhão novecentos e treze mil euros que é transferida na totalidade para a EPAL, que sua vez transfere para a Administração Hidrográfica do Tejo. -----

-----No que concerne à despesa, as correntes ascendem os quarenta e nove milhões de euros, sendo que setenta por cento corresponde à aquisição de bens e serviços, vinte e dois e meio por cento com despesas com pessoal e seis por cento a outras despesas.-----

-----As remunerações com o pessoal situam-se nos cinco milhões novecentos e vinte mil euros, a que acrescem os subsídios de férias no valor de um milhão e vinte e cinco mil e horas extraordinárias na importância de seiscentos e cinquenta mil euros, havendo em relação a estas nos últimos anos um decréscimo significativo.-----

-----Quanto às aquisições de bens e serviços, cujo montante ascende a trinta e cinco milhões de euros salientam-se as seguintes: -----

----- - Aquisição de água - treze milhões e oitocentos e vinte mil euros;-----

----- - Pagamentos à SANEST e Sim Tejo, na importância de quatro milhões novecentos e sessenta e cinco mil euros; -----

----- Assistência técnica, um milhão quatrocentos e setenta e dois mil euros; -----

----- Outros trabalhos especializados - dois milhões quinhentos e quarenta e oito mil euros, incluindo os contratos de “outsourcing”, prestação de serviços técnicos, projectos, estudos de qualidade, bem como apoio institucional a entidades dos Concelhos de Oeiras e Amadora. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No que toca a encargos de cobranças de receita - um milhão novecentos e quinze mil euros, sendo este valor superior ao do ano anterior, resultando de aumentos esperados da facturação mensal. -----

----- Em relação a comunicações - um milhão seiscentos e noventa mil euros. -----

----- Quanto a encargos a instalações, limpeza e higiene - setecentos e noventa e seis mil euros.-----

----- Conservação de bens - quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e noventa euros.

----- Matérias primas -quinhentos e quarenta mil euros.-----

----- Outras aquisições de serviços de água, onde se incluem os trabalhos referentes à instalação e substituição de contadores, fechos de água, outras reparações, Habitágua e trabalhos com a EPAL, no valor de um milhão quinhentos e sessenta e seis mil euros. -----

----- Combustíveis e lubrificantes quatrocentos e nove mil euros. -----

----- Locação de material de transporte - Aluguer Operacional de Viaturas - duzentos e oitenta e dois mil euros. -----

----- Seguros - duzentos e noventa mil euros. -----

----- Formação - trezentos e trinta e quatro mil euros. -----

----- Vigilância e Segurança - quinhentos e cinquenta e quatro mil euros, estando aqui incluídos os contratos com as empresas de segurança, aos edifícios e aos reservatórios. -----

----- Reposição de pavimentos decorrentes das obras que são realizadas - trezentos e cinquenta e sete mil euros.-----

----- Ofertas, exposições, publicidades, anúncios obrigatórios, campanhas, etc., - novecentos e sessenta e seis mil euros. -----

----- Estudos, pareceres, projectos e consultadoria - oitocentos e quarenta mil euros. -----

----- Material de escritório - cento e quarenta e nove mil euros.-----

----- Acrescentou, que, em termos de resumo existe na receita corrente, cento e três

milhões quinhentos e vinte e um mil euros e de capital um milhão novecentos e setenta e três mil euros. -----

-----Em termos de despesa, existe quarenta e nove milhões seiscentos e trinta e cinco mil euros e quinze milhões de despesa de capital, sendo natural que esta seja toda financiada com receita corrente, visto que o negócio dos Serviços Municipalizados é a água, embora aquilo que é mais rentável é a tarifa de conservação de esgotos.-----

-----De seguida interveio o **Doutor Nuno Campilho** que começou por fazer uma análise sucinta deste documento, relevando algumas das questões que o Orçamento implica para o ano seguinte. ---

-----É um Orçamento de continuidade em relação ao que tem vindo a ser feito nos SMAS no mandato anterior, indo ao encontro de um bom abastecimento de água para consumo humano e de uma boa recolha de água para tratamento posterior das águas residuais, sendo este o objectivo dos SMAS e o que procura continuar a fazer. -----

-----A este propósito referiu que o Instituto Regulador das Águas e Resíduos, transformado recentemente em Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, passarão também a regular os SMAS, dizendo isto com satisfação, visto que os SMAS têm apresentado uma série de indicadores a vários níveis, que são altamente satisfatórios e que não têm a divulgação pública adequada, pelo facto de não ser regulado por uma entidade nacional, mas que se passará a ser agora. -----

-----A única coisa que os SMAS têm vindo a ser regulados pelo Instituto que agora foi transformado em entidade reguladora, é ao nível da gestão de reclamações, do qual recebeu um louvor pelo facto e também em relação ao plano de controlo e qualidade da água, ao qual o SMAS aderiram e que é cumprido na íntegra anualmente e, neste aspecto, importa sempre referenciar que a qualidade da águas dos SMAS, tanto para o Município de Oeiras como para o da Amadora é extraordinária e são os dados objectivos deste plano de qualidade e controlo da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualidade da água, assim como o cumprimento da lei a este nível. -----

----- Referiu que a aposta na qualidade é um contínuo e o Laboratório tem feito um trabalho extraordinário nessa matéria. -----

----- Quanto às perdas, salientou que se atingiu pela primeira vez no ano passado, a percentagem de perdas totais de dezoito por cento, sendo este um número único até agora nos serviços e os SMAS incluíram neste resultado todas as perdas, havendo alguns serviços no abastecimento de água a nível nacional que se têm empenhado nesta situação, como as Águas do Douro e Paiva, as Águas do Porto e como tem sido a EPAL ao longo dos anos, têm feito uma distinção que Oeiras vai passar a fazer com métodos de estudo, que se está a implementar entre perdas reais e perdas aparentes. -----

----- As reais são as que acontecem na rede e as que são visíveis e as aparentes podem estar ao nível da facturação, da contagem e da aferição dos contadores. -----

----- O que interessa enquanto perda económica e que pode ter uma actuação ao nível da gestão das redes são as perdas reais, tudo o resto são perdas administrativas, que também devem de ser corrigidas, visto que depois têm reflexo no próprio orçamento e nas contas, sendo a grande aposta para o ano dois mil e dez conseguir fazer a divisão e a separação entre perdas reais e aparentes. - -----

----- Prosseguindo, disse que admite, visto que não tem dados concretos que lhe permitam afirmar com toda a certeza, que alguns serviços de abastecimento de água a nível nacional, apresentem uma das percentagens, seja perda real ou aparente para apresentarem um valor mais adequado ou mais baixo, mas como não tem a certeza não pode estar a fazer uma acusação de Oeiras estar no primeiro ou segundo lugar a este nível e muito à frente de outros serviços, o que é significativo no que diz respeito à gestão dos serviços e também à sua saúde económica, porque não andarão muito longe dos seiscentos mil euros, que dá um por cento de água, que se consegue poupar ao nível das perdas, indo-se continuar a apostar neste segmento porque é

fundamental não só em termos económicos, mas também em termos ambientais. -----

-----Referiu, também, que ainda há pouco no Conselho de Administração foi tomado conhecimento da renovação das boas práticas da formação dos SMAS, no que diz respeito ao programa “Novas Oportunidades”, que nos SMAS passa a adquirir novas competências. -----

-----Conforme foi referenciado os SMAS no ano passado receberam o prémio nacional de boas práticas na Administração Local na área da formação, que foi atribuído a Guimarães pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local por sua deliberação e a Direcção-Geral das Autarquias Locais comunicou aos SMAS a renovação das boas práticas, numa perspectiva plurianual Oeiras continua a ser detentora do prémio e é algo com o qual se deve congratular. ----

-----Passou de seguida à questão do Pavilhão da Água, dizendo que foi aprovado há uma semana, a abertura de concurso para o projecto de arquitectura, tendo sido hoje aprovado o concurso para a concepção do desenvolvimento interior da parte expositiva deste projecto, o qual passou a ter a designação de “Água Vida”, por consenso do Conselho de Administração, para não haver uma repetição em relação ao nome Pavilhão da Água, que estava presente na Parque-Expo e que depois foi transferido para o Parque das Cidades, no Porto. -----

-----No que diz respeito ao investimento e a projectos que já vinham do Orçamento anterior, frisou que também hoje foi tomada uma decisão importante, para dar continuidade às obras dos arranjos exteriores do edifício da Brandoa, que tinha um problema em relação à sua parte frontal de continuidade dos arranjo exteriores, que foi desbloqueada, pensado que a obra poderá ficar concluída na segunda fase do próximo ano. -----

-----Em relação à central elevatória da Fonte dos Passarinhos, a qual foi objecto de uma questão suscitada pelo Tribunal de Contas, os SMAS estão em condições de, no decurso do próximo ano, avançar com uma obra importante, destinada ao abastecimento da cidade da Amadora.-- -----

-----Por fim, chamou a atenção para algo que é uma inovação no que diz respeito aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

serviços, que consiste na existência de dois projectos ao nível dos fundos comunitários aos quais os SMAS se candidataram em parceria com a CMO e Amadora, no que diz respeito aos eco-bairros e com a “Sim Tejo”, também com as câmaras municipais envolvidas naturalmente, no que diz respeito à recolha de águas residuais. -----

----- Esclareceu, ainda, que o concurso para este projecto irá ser apresentado até ao final do ano e numa senda diferente, mas também numa perspectiva que os SMAS tiveram em relação aos Recursos Humanos com a candidatura a formação, tendo esta sido aceite ao nível dos fundos comunitários para apoio ao plano de formação. -----

----- A este propósito, referiu que foi renovado por mais três anos, a acreditação da formação dos SMAS pelo CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica. -----

----- Após esta apresentação usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** começando por dizer, que vale sempre a pena que os administradores que representam as empresas onde estão colocados, façam perante este Órgão estas apresentações, porque se percebe melhor toda a dinâmica que se vive, neste caso dos SMAS.-----

----- Em relação a este documento ressaltou a contínua aposta na qualidade da água, que é um dos vectores fundamentais que tem vindo a acompanhar e a incentivar.-----

----- Quanto às perdas de dezoito por cento em dois mil e oito, pensava que ainda não se estava nesses valores, deixando a questão que se existem dados acumulados em dois mil e nove, que permitam dizer que isto é uma redução sustentada.-----

----- Salientou também os grandes investimentos que vão ser feitos, quer em Oeiras, quer na Amadora, reforçando tanto a capacidade com a qualidade dos serviços. -----

----- Debruçou-se ainda, na boa nota quanto à participação dos SMAS, no programa “Novas Oportunidades”, que de facto tem sido um sucesso, sendo com uma implementação no terreno como esta que se conseguem evidenciar boas medidas que os governos centrais criam. ---

----- Levantou ainda uma questão, que se prende com a possibilidade de alteração e da

possibilidade do investimento das leituras electrónicas, avancarem. Gostaria de saber para quando e qual o seu impacto, julgando que iria facilitar a vida aos serviços, ter mais economias de escala e por fim, se houver redução de custos, talvez haja a possibilidade de não aumentar o preço da água, ou as taxas de conservação, de modo a que se mantenha um melhor serviço para o Município. -----

-----De seguida interveio o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que começou por agradecer a explicação dada tanto pelo Senhor Presidente da Câmara, como pelo Presidente do Conselho de Administração dos SMAS. -----

-----Frisou que o documento que foi dado a apreciar está como é habitual claro, preciso e objectivo, destacando a leitura que faz dos aspectos positivos e negativos. -----

-----Quanto aos aspectos positivos, sublinhou a qualidade da água de consumo humano, que melhorou durante os três trimestres de dois mil e nove e que merece todo o destaque.-----

-----Em relação à diminuição das perdas de água na sua dupla vertente económica e de qualidade, visto que estas também têm uma grande incidência na qualidade da água, considera interessantes os valores apresentados, recordando-se ainda do tempo em que era uma conquista estar abaixo dos trinta por cento, portanto, se se está nos dezoito por cento é para sublinhar com dois traços, embora também saiba que ainda há grandes extensões de rede envelhecida e de um momento para o outro as perdas podem disparar por várias circunstâncias. -----

-----No que diz respeito ao investimento que está previsto, este sofre um ligeiro aumento que considera positivo, embora sempre gostasse que fosse muito maior, mas, de qualquer modo, assinala como factor positivo, o facto dele ter passado de catorze milhões seiscentos e cinquenta mil euros, para quinze milhões oitocentos e sessenta mil euros.-----

-----Passando-se o mesmo em relação às reservas de estratégias da água, que permitiram o abastecimento ao longo de todo este período sem transtorno para as populações, o que quanto a si é um aspecto que também sublinha como positivo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No que tange aos aspectos que lhe desagradam já são os habituais e dizem respeito à factura da água com as inerências que figuram na mesma que cada vez tem um peso maior, sendo que o valor da água representa quarenta e um por cento daquilo que se factura ao município, se bem que esta percentagem já era criticada há dois anos, a qual rondava os quarenta e seis, mas cada vez vem mais para baixo, ou seja, a água vale quarenta e um por cento daquilo que se paga pela factura e tudo o resto que lhe vem agregado já vai nos cinquenta e nove por cento, não vendo esta situação com bons olhos, considerando que esta situação deveria de ser alterada.-----

----- No que respeita à taxa do aluguer do contador é interessante ela ter desaparecido por lei e que respeita a oito milhões setecentos e trinta e seis mil euros, o que o obrigou a dizer no ano passado:”volta taxa de contadores que estás perdoada”, na perspectiva de despenalizar o consumidor, porque este tem sofrido um agravamento, sendo este um aspecto que lhe merece o seu desagrado, visto que há uma grande diferença entre o valor de compra e de venda da água; ou seja, compra-se por quinze milhões trezentos e oitenta e seis mil euros e vende-se por vinte e seis milhões e cinquenta mil euros e é a valorização desses aspectos, que considera negativa, contribui para resultados fortemente excedentários, que acabam por depois distribuir cinco milhões para a Câmara de Amadora e cinco milhões para a de Oeiras, o que é um aspecto que a CDU critica.-----

----- De qualquer modo o seu sentido de voto é a abstenção, considerando que os aspectos positivos caracterizam bem o esforço que se tem feito na administração dos SMAS, significando na sua interpretação que um serviço nos SMAS, sendo um serviço público, pode prestar um serviço de qualidade e é o que tem feito, estando este documento na senda de um trabalho que tem ido nesse sentido, felicitando o Conselho de Administração por esse trabalho.-----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** salientou que um dos aspectos que também considera muito importante neste documento, é a manutenção do apoio

às classes mais necessitadas. -----

-----De seguida interveio o **Senhor Presidente** que começou por se debruçar sobre a intervenção do Senhor Vereador Amílcar Campos no que toca ao que é que a água representa na globalidade da factura, pessoalmente é contra a dupla tributação, mas não pode ser contra a taxa hídrica, porque a água é uma matéria prima e os que vendem a água pagam zero, o que é um negócio para o Estado, isto é, é quem faz e paga as barragens e depois a EPAL ou outros sistemas multimunicipais vão às barragens buscar água, mas não pagam nada, fazem o seu transporte, o seu tratamento e depois vendem-na às câmaras municipais, como é o caso de Oeiras e há vários anos que o INAG e as administrações hidrográficas do Tejo querem ter fontes de financiamento, porque têm investimentos a fazer e para isso fazem uma grande pressão sobre os Governos. - -----

-----De modo que, foi criada a taxa hídrica, que não é mais do que uma pequena parcela, que visa o pagamento da matéria-prima quando se vai buscar à barragem, mas o que é censurável é pagar-se esta taxa hídrica duas vezes, visto que faz sentido que se pague o correspondente à água que se compra, mas já não faz muito sentido a água que se lança no esgoto, dado que esta não é comprada, já o foi, e aí, paga-se uma taxa referente ao tratamento, o que quer dizer que esta taxa hídrica aplica-se nos dois casos, o que é censurável.-----

-----Acrescentou, ainda, que não pode deixar de contrariar mais uma vez o Senhor Vereador Amílcar Campos, que também é uma questão que se repete todos os anos e por esse andar duvida que algum dia vote a favor do Orçamento dos SMAS, porque não há resultados excedentários. -----

-----O facto de haver distribuição de dividendos, não é decorrente do negócio da água, porque este dá prejuízo ao Município, aquilo que permite um excedente em termos de receita é a tarifa de conservação de esgotos, mas esta não é calculada em função da água que as pessoas consomem, mas sobre o valor dos prédios, o que significa que se pode ser contra a tarifa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conservação de esgotos, não se pode é misturar as situações. -----

----- Observou que, o excedente decorre de outra área que não a água, mas mesmo assim são muitos poucos os municípios que têm uma tarifa social e Oeiras tem, justamente, para ir ao encontro das famílias mais carenciadas e ao nível do primeiro escalão está-se a vender ao preço em que a EPAL vende aos cidadãos de Lisboa e ao preço que vende a Oeiras, que é revendedora, aqui a EPAL pode ter lucro, porque se pode vender ao preço que vende aos consumidores em Lisboa que os abastece directamente, não percebe que vendendo por grosso a Oeiras, não vende ao preço que vende em Lisboa. -----

----- De modo a esclarecer esta questão o **doutor Nuno Campilho** referiu que Oeiras e Amadora fazem parte de uma Associação que é a AMEGA, que todos os anos faz uma elencagem dos preços que são praticados em todos os municípios que estão associados, para além de que Oeiras e Amadora são os únicos concelhos que têm tarifa social e são os que têm a água mais barata dos vinte no primeiro escalão. -----

----- A EPAL no primeiro escalão cobra dezasseis vírgula sete cêntimos, o que considera ofensivo, porque a Oeiras cobra a mesma água a quarenta e quatro cêntimos, Cascais por exemplo também tem um valor mais baixo que Oeiras, pela média de todas as inerência de que à pouco se falou, Oeiras estará mais ou menos a meio da tabela juntando todos os valores que são facturados. -----

----- A questão da água e ao valor que é atribuído importa referenciar, entre os quinze milhões comprados e os vinte e seis milhões vendidos, está o custo de estrutura, que é o que permite os SMAS ter qualidade da água e as perdas que tem. -----

----- A margem já foi negativa, mas agora é zero, graças a uma opção estratégica. -----

----- A política dos SMAS tem sido no sentido de não aumentar exponencialmente a água, a qual deveria ser do Governo já que tem havido directrizes comunitárias sobre o aumento da água.----- -----

-----Em relação às perdas, informou que quando foram encerradas as contas, quando se faz o Relatório, é que se sabe o valor das perdas que rondaram os dezoito por cento. -----

-----Os “Smart meter” têm sido apresentados em documentos idênticos a este e a aposta dos SMAS tem sido vocacionada para os grandes clientes, que representam um nível de facturação extraordinário. -----

-----Neste momento há noventa e seis clientes a serem lidos à distância e nos próximos quatro anos devem chegar aos quatrocentos, que significa que cerca de oitenta por cento dos grandes clientes estão já inseridos nesse sistema inovador. -----

-----Da mesma maneira que se definiu uma estratégia em relação às perdas de água, também se definiu outra em relação à leitura à distância, que será dentro do mandato. -----

-----Também se pretende implementar o sistema em contadores domésticos de pequeno calibre.-----

-----Existem duas grandes estruturas empresariais que fazem esse tipo de desenvolvimento tecnológico e os SMAS estão a fazer a aferição do que cada uma delas faz, já que é prioritário passar a fazer a leitura à distância, sabendo que cada aparelho ronda os cem euros e existirem cerca de cento e sessenta mil contadores domésticos. -----

-----Também se está a tentar criar pequenas bolsas de leitura à distância para se tentar aferir os resultados obtidos, para se tentar apostar fortemente nessa área, porque com este tipo de contadores permite uma gestão mais adequada das perdas de água. -----

-----Informou de seguida que foi aberto o concurso para o Sistema de Gestão Comercial.

-----Em relação à qualidade da água e às reservas, informou que a EPAL fez uma intervenção muito grande na conduta adutora do Município de Oeiras e como os SMAS têm dois reservatórios que têm uma capacidade de reserva de água para dois dias, a obra durou quarenta e oito horas e não houve problemas de abastecimento de água aos dois concelhos, tendo a EPAL considerado que a equipa técnica dos SMAS estava a trabalhar muito bem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Sobre a facturação e os apêndices, o Senhor Presidente já explicou, acrescentando que a forma de cálculo de aluguer de contadores não é a mesma da cota da disponibilidade, a discrepância dos valores existe inevitavelmente e houve um acréscimo este ano porque houve um aumento de consumo da água, invertendo o que se estava a verificar nos últimos cinco anos que era de diminuição e isso interfere na cota de disponibilidade de serviço que é uma cota variável. -

----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que gostaria de saber a percentagem dos quatrocentos contadores que pretendem fazer a leitura à distância durante o mandato, retorquindo o **doutor Nuno Campilho** que fará chegar os dados ao Senhor Vereador. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** lembrou que se está num nível de perdas que se cifram nos dezoito por cento, inquirindo se há algum mapa comparativo com os outros Municípios, respondendo o **doutor Nuno Campilho** que não tem esse mapa, mas sabe que todos os outros Municípios têm perdas superiores aos SMAS de Oeiras e Amadora, volvendo o **Senhor Vice-Presidente** que representa a Câmara na AMEGA e sabe que há Municípios que consideram que baixar as perdas de vinte e dois para dezoito por cento implica investimentos muito grandes e muito poucos acreditavam nisso e hoje congratula-se a ouvir que as perdas rondam os dezoito por cento, o que significa muito dinheiro que o Município, não de uma forma pecuniária, porque o dinheiro não entra, mas, não sai, que depois é repercutido a nível das contas anuais e a CDU e outros partidos contestam na sua distribuição pelos dois Municípios, mas que mostra um trabalho fantástico. -----

----- O **Senhor Presidente** concluiu dando os parabéns aos SMAS. -----

----- III - A Câmara, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Amílcar Campos, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três,

com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.”-----

-----O **Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF)** disse o seguinte:-----

-----“Na política, como na vida, o reconhecimento e o agradecimento pelo trabalho, em prol do Concelho e dos seus cidadãos, enobrece esta Câmara e a minha primeira palavra não poderá deixar de ser de elogio e de agradecimento à Senhora Engenheira Gabriela Borrego que, recentemente, se reformou e deixou a função de Directora Delegada dos SMAS.-----

-----Numa casa administrada por políticos é de realçar e elogiar a competência técnica e a seriedade com que desenvolveu a sua função. Muito lhe devem os SMAS pela exigência e rigor que imprimiu a todos os níveis de funcionalidade da empresa o que se reflectiu numa maior consciência crítica e empenho na qualidade do serviço prestado ao Concelho.-----

-----No entanto, a sua presença foi coincidente com um problema estrutural nos SMAS e que se resume à seguinte questão: quem tem a função de dirigir os SMAS?-----

-----Apesar de uma coisa ser dirigir e outra administrar, a verdade é que a função da Senhora Directora Delegada foi sendo esvaziada de competências, em detrimento dos pelouros próprios de cada administrador.-----

-----Julgo que esta é uma questão pendente a resolver, até para garantir a qualidade técnica da direcção.-----

-----Quanto ao documento em apreço decorre das opiniões exprimidas nesta Assembleia nos últimos anos que é um documento bem estruturado e elaborado com a virtualidade de apresentar um Plano Estratégico e objectivos a atingir bem definidos. Se isso, por um lado, plasma a competência e o empenhamento dos funcionários dos SMAS, por outro lado, revela uma leitura correcta e realista sobre o modo de operar de uma empresa moderna e sobre a sensibilidade maioritária dos cidadãos deste Concelho com preocupações com o meio ambiente e a utilização racional da água.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- São cinco os objectivos apresentados:-----

----- Manutenção das intervenções de remodelação e substituição de redes de abastecimento;-----

----- Manutenção da qualidade da água;-----

----- Redução do nível de perdas de água que se situa nos dezoito por cento;-----

----- Criação de um novo sistema de gestão comercial que privilegiará a elaboração de facturas electrónicas e a avaliação da satisfação dos clientes;-----

----- Actividade pedagógica junto às escolas do Concelho.-----

----- É também de realçar e de enaltecer duas medidas a implementar pelos SMAS, designadamente, a veiculação de informação nas facturas, sobre os resultados das análises feitas à qualidade de água consumida e a erradicação das descargas e tratamento das águas residuais da Bacia de Algés.-----

----- Como não há bela sem senão, há duas questões que me suscitam reservas pelo que apelo à explicação da Câmara para o meu entendimento. A área da comunicação tem uma dotação superior a um milhão e seiscentos mil euros e este valor pareceu-me exagerado e até inexplicável quando vejo que duas das suas aplicações serão na elaboração de um filme institucional e na consolidação da imagem.-----

----- A imagem dos SMAS vai ter que ser consolidada para quem e até quando? O valor do filme a realizar (tal como aconteceu com os seus antecessores) torna-o assim tão importante para o Concelho?-----

----- Em segundo lugar, vem transcrito na reunião da acta da Câmara que o Senhor Presidente, em resposta a uma intervenção do Senhor Vereador Amílcar Campos afirmou, e passo a citar: “...o facto de haver distribuição de dividendos...”. Pergunto: a distribuição de dividendos é possível numa empresa municipal? A transferência de verbas, anualmente, para os SMAS, é de dividendos. Essa verba não deveria reverter para o capital de investimento dos

SMAS?” -----

-----O **Senhor Deputado Daniel Branco (CDDU)** disse o seguinte: -----

-----“Esta intervenção, já há longos anos que costuma ser feita pelo Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU). Ele não está presente hoje e espero poder referir aquilo que, para ele, seria importante. -----

-----Em relação aos documentos que nos foram apresentados, tal como se tem passado em anos anteriores, são documentos bem feitos e que permitem perceber com clareza aquilo que está em causa. Estes não colocam exagero em termos de receita nem qualquer tipo de situação que não seja facilmente compreensível e nesse aspecto, creio que é de elogiar os serviços. -----

-----Não sabia que a Senhora Engenheira Gabriela Borrego já se tinha reformado, de qualquer modo, julgo que é justo fazer, nesta apreciação ao Relatório, um elogio àquilo que foi o seu desempenho nos SMAS. -----

-----Vou resumir as questões de fundo a dois níveis: o primeiro tem a ver com as questões do pagamento. O Senhor Presidente da Câmara, no ponto anterior, quando se suscitou a questão do aumento do custo da água disse, claramente, que a água no Município de Oeiras dá prejuízo. Acho que não será assim mas o que é, de facto, a verdade é que o empolamento daquilo que se paga tem muito a ver com um enorme conjunto de alcavalas que estão nas várias taxas que caem em cima da água. -----

-----Se as nossas contas estão relativamente certas, no ano de dois mil e dez está previsto que, dos cem por cento que paga, cada consumidor paga apenas quarenta e um por cento da água que consome e os outros cinquenta e nove por cento correspondem a todas as taxas que se têm vindo a multiplicar, inclusivamente aquela que, teoricamente, desapareceu por alteração introduzida na Assembleia da República (aluguer de contador) mas que foi rapidamente substituída por uma outra em que as pessoas ainda estão a pagar mais do que pagavam anteriormente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Este é um problema de fundo que nós já criticávamos há dois anos atrás mas, nessa altura, o pagamento da água ainda rondava os quarenta e seis por cento. Isto quer dizer que, com o passar dos anos, as pessoas estão a pagar mais aos SMAS mas, efectivamente, pagam menos para a água. Pagam mais para as taxas das direcções regionais, dos recursos hídricos, do ambiente, etc. e isto é, de facto, um continuado de alcavalas que cai em cima dos utilizadores. ---

----- A outra questão é a das transferências. Não lhe vou chamar dividendos porque não se trata de dividendos mas sim de parte dos resultados líquidos de exercício que são sempre transferidos para a Câmara de Oeiras no valor de dez milhões e esta, posteriormente, dá o beneplácito de dar os cinco milhões de euros à Câmara Municipal da Amadora. -----

----- Outra questão que interessa e que tem a ver com todos estes problemas dos custos, das tarifas e do que as pessoas pagam é a seguinte: não penso que se deva reduzir o preço da água mas acho que há grande urgência em reanalisar a totalidade do valor do pagamento e perceber o que se pode fazer para não cair sempre em cima dos mesmos todo o tipo de alcavalas.

----- Ainda há pouco foi falado aqui num projecto estratégico dos resíduos sólidos urbanos. Sobre a água ninguém falou mas também há um projecto destes. E o projecto estratégico dois, sobre a água, diz que esta está barata e que tem que ser vendida mais cara.-----

----- Creio que este é um problema sério e temos que meditar sobre ele profundamente. Não podemos andar, sistematicamente, a dizer que vamos criar novas soluções, novos organismos, novas formas e, depois de tudo isto, resulta o encarecimento e é sempre o mesmo a suportá-lo. -----

----- Creio que há mesmo necessidade de rever esta questão do custo da água e não é obrigatório que tenham que ser as pessoas a pagar mais. Dizem que se a Câmara reduzir o valor que passa para ela, fica com menos possibilidade para fazer coisas mas não se pode, no meu ponto de vista, para manter um nível de resultados de exercício que permitam à Câmara retirar, estar, sistematicamente, a aumentar o que as pessoas têm que pagar.-----

-----A nossa posição sobre esta situação, tal como tem sido em anos anteriores e ponderando as situações positivas e as que deviam ser corrigidas, será a abstenção.” -----

-----O **Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar, acho que devemos reflectir na primeira intervenção que foi feita pelo Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF) porque me parece que foi exemplificativa do que deverá ser a reflexão sobre o futuro e sobre algumas práticas que vêm sendo aplicadas por parte dos SMAS. O Partido Socialista já chamou a atenção no passado para estas questões, nomeadamente no que diz respeito ao dinheiro que se investe no Gabinete de Comunicação - um milhão e seiscentos mil euros, este ano. -----

-----Gostaria de saber se, desta vez, relativamente a este Orçamento (que considero significativo, por parte dos SMAS) existirão concursos públicos, relativamente à adjudicação dos serviços porque me parece uma das práticas normais quando se está a adjudicar este tipo de serviços e no passado não sucedeu sempre assim. Acho que é preciso ficarmos com essa garantia de transparência. -----

-----O Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF) falou aqui dos dividendos e esta é uma questão sobre a qual devemos reflectir. Nessa perspectiva, pergunto o seguinte: julgo que foi no anterior Mandato que o Senhor Presidente fez um certo compromisso mas não deve ter tido oportunidade de o fazer e, por causa disso, candidatou-se novamente - talvez para agora poder concluir essa promessa que ia no sentido de se criar uma empresa inter-municipal de serviços municipalizados. -----

-----Visto que há um estudo que foi feito (julgo eu) e que há uma reorganização por parte dos serviços no sentido de separá-los e complementar essa actividade, gostaria de saber se o Senhor Presidente já sabe dar alguma informação à Assembleia Municipal relativamente a essa pretensão que era mútua das duas câmaras municipais.-----

-----Relativamente ao preço da água não temos a mesma visão do Partido Comunista,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nem a perspectiva de que a água deveria ser um bem dado quase gratuitamente às pessoas porque há uma responsabilidade ambiental, trata-se de um bem escasso, que tem que se fazer ressentir da captação, do tratamento e da distribuição. Não é só ter água na torneira mas sim tê-la com qualidade para o cidadão porque se trata de uma questão de saúde pública (e não como acontece em algumas câmaras do Partido Comunista Português nas quais, infelizmente, os investimentos feitos na rede e na qualidade da água não são feitos de forma devida). Esse investimento não se vê mas sente-se na água que é distribuída e, portanto, achamos que o preço da água deve, de certa forma, reflectir os seus custos.-----

----- O Senhor Presidente é muito hábil e não é por mero acaso que já é Presidente de Câmara há vinte e cinco anos. Tem uma técnica inteligente que é dizer que, se os SMAS estivessem a vender a água com lucro, esta seria mais cara, ou seja, diz que a água dá prejuízo. O Senhor Presidente estará a referir-se apenas ao preço do metro cúbico mas está a esquecer-se de lhe juntar a tarifa de utilização (que resultou da transformação da tarifa do aluguer de contadores). E esta corresponde, normalmente, a metade do preço que o consumidor paga.-----

----- O Senhor Presidente quando faz esta comparação tem que a fazer com base no seguinte: o serviço de disponibilidade versus o preço por metro cúbico de água que as pessoas consomem. Se fizer essa análise geral talvez não chegue à conclusão que o preço da água está a ser vendido mais barato do que aquilo que custa aos Serviços Municipalizados. -----

----- Outra questão tem a ver com a remodelação da frota automóvel e eu gostaria de lhe perguntar se essa opção política tem em conta as viaturas amigas do ambiente. Aliás, seria importante relativamente às suas preocupações ambientais (a nível geral da Câmara Municipal e das empresas municipais) haver um plano no que diz respeito a esse assunto. Nós propusemos que, quando se fizessem aquisições de viaturas se tivesse em conta, no poder de decisão, as preocupações ambientais - carros híbridos, viaturas eléctricas, a gás, a utilização dos óleos, etc.. -

----- Relativamente à aquisição do equipamento informático diverso e software

aplicacional, se fizermos as contas rapidamente, verificamos que temos mais de dois milhões de euros relativamente a investimentos que se prevêem nestas duas áreas. Gostava de saber se isto é feito com base em alguma necessidade que tenha sido identificada e quais são os objectivos destes programas. Visitámos os Serviços Municipalizados há relativamente pouco tempo e pude constatar que estes são bastante evoluídos, do ponto de vista informático mas estamos a falar de dois milhões de euros e, por isso, gostaria de saber se há algum projecto específico com o objectivo de prestar um melhor serviço aos munícipes que justifique este valor. -----

-----Acho que os investimentos feitos por parte dos SMAS são fundamentais e as obras que são feitas por baixo da terra não se vêem, por isso “tiro o chapéu” aos SMAS uma vez que tiveram essa preocupação de renovar as condutas, quer na Câmara Municipal de Oeiras, quer na da Amadora. Isso reflecte-se numa política de continuidade e de grande responsabilidade social que tem a ver com a questão da redução das perdas de água. Também reconhecemos aquilo que é bem feito e, efectivamente, os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora são um exemplo a nível nacional porque normalmente os serviços municipalizados são uma desgraça. Se quisermos comparar, há uma Câmara que é muito querida para o Partido Social Democrata - a do Porto - que tem perdas de água na ordem dos sessenta e cinco por cento e, por aí, já conseguimos perceber o atraso em que o Porto está relativamente a Oeiras, nesta matéria. -----

-----Eu acho que há boa vontade mas penso que ela é dispersa e parece-me importante haver uma estratégia (e, exactamente por ser uma empresa que lida com questões do ambiente) que passe por ter uma perspectiva integrada e transversal a todas as suas políticas, escolhas e serviços, com preocupações ambientais. Relativamente a esta questão das viaturas é preciso ter uma perspectiva transversal nestas empresas. -----

-----O Porto é um mau exemplo, Oeiras é um bom exemplo e até Lisboa que é uma cidade muito difícil por ter muitos relevos mas o que é facto é que, a própria EPAL tem feito um grande esforço de investimento que se reflecte nas perdas de água. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Gostaria de saber se, hoje, o Senhor Presidente está em condições de nos informar (e essa seria uma boa notícia para todo o Concelho) se todos os jardins municipais são abastecidos com água que não é de consumo humano - deve haver uma evolução e uma política forte do Senhor Presidente no sentido de garantir essa situação. Temos muitas ribeiras, conseguimos fazer essa captação e é importante não fazer a utilização de água de consumo humano nesse tipo de objecto e com esse tipo de objectivos.-----

----- Se o Senhor Presidente não tiver ainda esse plano, do ponto de vista global, seria importante caminhar nesse sentido e esse era um bom sinal para o nosso futuro e para o de todos os munícipes de Oeiras.”-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Não resisto por começar a minha intervenção dirigindo uma palavra ao Senhor Deputado Marcos Sá (PS) visto que, embora não tenha procuração da Coligação Democrática Unitária, relativamente à qualidade da água, gostaria de saber se, por acaso, a Câmara Municipal de Évora é, ou não do Partido Socialista.-----

----- Relativamente àquilo que é importante, tal como em anos anteriores, não posso deixar de salientar o cuidado colocado na elaboração e a forma clara como este documento nos é endereçado. Deve também salientar-se uma das grandes preocupações que tem sido evidente de há muitos anos a esta parte, por parte de quem dirige estes SMAS, no que diz respeito a uma melhoria da qualidade da água e, fundamentalmente, no que respeita à diminuição das perdas. ---

----- Lembro-me, há uns anos, de todos nós nesta Assembleia, sermos confrontados com perdas de algum nível e todos os anos nos era prometido (e posteriormente verificava-se que isso acontecia) que essa diminuição teria necessariamente que ocorrer. Estes dezoito por cento de perdas de água que se verificam hoje são algo que aqui devemos louvar.-----

----- Não podemos deixar de salientar algo que consideramos muito importante e que, no fundo, resultou de uma reorientação desta Câmara que respeita aos depósitos de água. -----

-----Só foi possível ter as reservas de água deste Concelho (que há uns anos davam para setenta e duas horas, neste momento não sei se ainda se mantém esse nível) por ter havido uma inversão de elogiar no que respeita aos depósitos.-----

-----Pelos investimentos que constam neste Orçamento torna-se claro que esta reserva estratégica de água para o Concelho continua a ser uma grande preocupação. Tanto mais que não dependemos de captações próprias e, conseqüentemente, é importante para os munícipes saberem que têm alguma reserva que lhes garante qualidade de vida durante alguns dias, em caso de ruptura no abastecimento por parte da EPAL.-----

-----Esta política de recuperação de reservatórios e de construção de novos é, para nós, fundamental e merece todo o nosso apoio. A prova do êxito de toda esta estratégia e da própria gestão leva-nos a dizer que esta política da não privatização da água neste Concelho (e há muitos anos discutiu-se se seria ou não de avançar, tendo em conta algumas experiências em concelhos limítrofes) parece-nos fundamental ser mantida independentemente de sabermos, ou não, se esta gestão da água será feita de forma independente entre a Amadora e Oeiras.-----

-----Contudo, quero também dizer que estranho os valores que estão afectos ao Gabinete de Comunicação. Tendo em conta outras realidades parece-me extremamente elevado que se proponha investir nesta área cerca de um milhão e seiscentos mil euros durante um ano, salientando, por exemplo, que se propõe gastar quarenta mil euros num canal corporativo para os SMAS TV cuja eficácia não consigo perceber.-----

-----Tendo em conta a grande importância da água e a situação económica em que todos nós vivemos, parece-nos ser de manter algum cuidado quanto à aplicação de verbas que consideramos que podem ser reafectas a outras áreas mais importantes e conseqüentemente libertar esses recursos para essas mesmas áreas.-----

-----Julgo que teria sido de bom tom reduzir estes investimentos na área da comunicação, tanto mais que as qualidades dos SMAS de Oeiras são hoje perfeitamente conhecidas, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

preocupação dos munícipes no que respeita a uma correcta utilização destes meios é já evidente e, portanto, parece-nos que estes valores são demasiado elevados.-----

----- Relativamente a dois protocolos que são identificados na página cinco - com a SANEST e com a SIMTEJO - de alguma maneira eles explicam-se por si mesmos mas estamos aqui a falar em Despesas de Capital na ordem dos cento e trinta e quatro mil e quinhentos euros no caso da SANEST e duzentos e sessenta mil euros no caso da SIMTEJO. Gostaria de perceber um pouco melhor a razão destes protocolos e saber se, efectivamente, estes custos estão relacionados com intervenção em colectores (tendo em conta os quilómetros), perceber qual a razão destes protocolos e saber em que termos a SANEST intervém, pela sua parte, nos mesmos.

----- Constatámos também que, em termos de rupturas e de reparação, ou seja a nível de recuperação da rede na Amadora atinge valores substancialmente diferentes, para pior. Parece resultar daqui que houve melhor atenção (o que é de elogiar) por parte dos SMAS relativamente a Oeiras ou então, as obras em Oeiras são feitas de forma mais adequada e os munícipes são mais cuidadosos. Em alguns pontos, reparamos que existem investimentos com alguma dimensão na Amadora e que não são necessários em Oeiras. -----

----- O Partido Social Democrata não tem qualquer dúvida em dar o seu acordo a este documento e é evidente que se lamenta que a água (no seu todo) tenha hoje o custo que tem e isso permite-me recordar o que se passa também com a gasolina e sobre esse exemplo, há pouco tempo, alguns de vós terão detectado que sessenta e sete ou sessenta e oito por cento são impostos. Neste caso, como referiu o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU), cerca de cinquenta ou sessenta por cento referem-se a taxas. -----

----- É uma questão a ter em conta no futuro porque aquilo que é essencial (o que consumimos) é a água e esse deve ser um produto que deve custar aos munícipes um valor adequado e correcto. Quanto às taxas julgamos que há que ter alguma atenção na forma como elas são criadas e, mais do que isso, quanto aos seus montantes. Mas, para isso, há muito a dizer

sobre a Lei da Água que já foi trazida a esta Assembleia e que tem a paternidade do Partido Socialista.” -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** disse o seguinte:-----

-----“No documento aprovado pela Câmara prevê-se que o Orçamento dos SMAS seja de sessenta e cinco milhões quatrocentos e noventa e cinco mil cento e setenta euros. Na Acta da reunião de Câmara o Presidente afirma que o valor é de sessenta e três milhões de euros. Em que valor ficamos?-----

-----A Câmara estima gastar treze milhões oitocentos e vinte mil euros em compra de água e arrecadar vinte e seis milhões e cinquenta mil euros na venda dessa mesma água. Quem paga esta diferença de doze milhões duzentos e trinta mil euros? O Zé e a Maria. -----

-----Na factura da água os SMAS prevêem receber as seguintes parcelas: venda de água - vinte e seis milhões e cinquenta mil euros; tarifa de conservação - catorze milhões e duzentos mil euros; cota de disponibilidade - oito milhões setecentos e trinta e seis mil euros; tarifa de utilização - cinco milhões setecentos e trinta e dois mil euros; tarifa de ligação - dois milhões e setecentos mil euros; taxa de recursos hídricos - um milhão novecentos e treze mil euros; feitas as contas, cada utente paga em média, como já referiu o Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) quarenta e um por cento de consumo de água e cinquenta e nove por cento para as outras parcelas da factura. Quem alimenta este negócio? Outra vez o Zé e a Maria. -----

-----Antigamente pagávamos o aluguer do contador. Essa taxa acabou e a Câmara substituiu-a pela cota de disponibilidade. Os resultados são os seguintes: em dois mil e oito a Câmara recebeu sete milhões de euros de aluguer de contadores, em dois mil e nove prevê-se a receita de oito milhões trezentos mil euros com a cota de disponibilidade e em dois mil e dez estima-se que receberá oito milhões setecentos e trinta e seis mil euros, da mesma cota. O Presidente da Câmara, na Reunião de Câmara efectuada em quinze de Dezembro de dois mil e oito afirmou o seguinte: “...o aumento do preço da água terá de compensar a perda da receita do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aluguer de contadores...”. Razão teve o Bloco de Esquerda em votar contra a introdução da quota de disponibilidade. Quem sai outra vez enganado? Outra vez o Zé e a Maria. -----

----- As perdas de água em dois mil e nove foram de vinte por cento e estima-se que em dois mil e dez elas sejam de dezoito por cento. Na reunião de Câmara de dezasseis de Dezembro passado o Doutor Deputado Nuno Campilho (J.F. Paço de Arcos) afirmou: “...não andarás muito longe dos seiscentos mil euros o que se poupa se as perdas de água diminuírem um por cento...”. Feitas as contas esses dezoito por cento de perdas darão em dois mil e dez um prejuízo de dez milhões e oitocentos mil euros. Quem é que os vai pagar? Mais uma vez o Zé e a Maria. -----

----- Os SMAS deviam promover uma campanha que estimulasse a poupança da água e não a que fizeram há um ano em que o manípulo da torneira era substituído por uma tampa de plástico azul exactamente igual à das garrafas de água. Razão tinha o Francisco Silva quando, a respeito dessa campanha que promovia o consumo da água em vez de incentivar a sua poupança, ironizava da seguinte forma: “...o nosso produto é bom, poupe-o, deixe-o na prateleira, não o leve...”. Essa campanha custou setecentos mil euros e já sabem quem é que a pagou. -----

----- Onde está a carta de recursos hídricos do Concelho? Se existisse saberíamos com rigor a quantidade de água despejada, ou seja, desperdiçada na rede de águas fluviais. Esse será um excelente investimento. Essa água serviria para regar, lavar carros e poupar-se-ia muita água da rede. É conveniente lembrar que Oeiras é um Concelho muito rico em água, a rede de águas está envelhecida em muitos locais, as despesas previstas em investimento são ridículas, as despesas com reparações aparecerão camufladas nas facturas. Continuam a existir redes não separativas. Há locais em que as tampas de esgoto saltam quando chove muito, o que significa que não há separação. Apesar da rede estar toda coberta por um sistema de informação geográfica, os SMAS não conseguem detectar estas situações e corrigi-las.-----

----- Para quando a separação das redes no Alto de Santa Catarina e em Linda-a-Velha que transformam as ruas da zona baixa do Dafundo num autêntico esgoto? Não estarei a cometer

nenhuma inconfidência se disser, que numa das últimas vezes, que aconteceu isto o Senhor Presidente da Câmara estava no local e chamou os SMAS para resolverem a situação. Gostaríamos de saber se já houve concurso público para essas obras, se já foram adjudicadas e quando terão início. A não separação das redes tem outras consequências: esgotos são introduzidos na rede de águas fluviais e despejados no Tejo. Noutros locais as águas fluviais são canalizadas para a rede de esgotos e são pagas à SANEST como águas residuais, o que sai muito caro.-----

-----Há três anos perguntei ao Senhor Presidente da Câmara em reunião da Assembleia Municipal, para onde eram canalizados os lucros dos SMAS. A resposta foi a seguinte: "...não lhe respondo porque sabe muito bem onde são investidos...".-----

-----Espero que possa responder agora, não tenha vergonha Senhor Presidente. Esclareça esta Assembleia do seguinte:-----

-----Onde foram investidos os nove milhões de euros que a Câmara recebeu dos SMAS em dois mil e nove? Já agora, quantos milhões de euros a Câmara vai receber em dois mil e dez, vindos dos SMAS?-----

-----A criação das taxas social e familiar são trocos no meio dos lucros que a Câmara arrecada. Como o Bloco de Esquerda entende que estão a ir ao bolso dos cidadãos, mais uma vez, votará contra as GOP dos SMAS para dois mil e dez.-----

-----É altura para dizer com algum humor: em Oeiras cuidado com as carteiras."-----

-----A **Senhora Deputada Isabel Sande e Castro (CDS/PP)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----"Gostaria de dizer que a qualidade da água no Concelho é inegável e também que os SMAS de Oeiras e Amadora fazem um bom trabalho. A começar assim, penso que o Zé e a Maria têm que pagar a qualidade da água que consomem em Oeiras e na Amadora. Ao contrário do que alguns deputados têm dito, nós temos que, mesmo na oposição, ter uma consciência clara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no que diz respeito ao bom trabalho desenvolvido por esta instituição. -----

----- Gostaria de salientar também o reduzido valor das perdas que é, de facto, único (se forem dezoito por cento) porque demonstra a qualidade das nossas redes. -----

----- Gostaria de referir que o investimento previsto para este ano é, essencialmente, feito também no Concelho da Amadora. Vale a pena pensar que as perdas estão intimamente ligadas a este investimento. -----

----- Por fim, e como diz o Senhor Presidente da Câmara, não é o valor pelo qual se compra a água que nos dá os valores dos ganhos que os SMAS obtêm, mas sim as taxas e deveríamos reflectir sobre qual foi o intuito de acabar com a taxa de aluguer dos contadores e em vez dela, colocar a quota de disponibilidade de serviço. -----

----- O rendimento dos SMAS é excessivo e isso também é um facto. Quando se fala de dez milhões de rendimento pergunta-se porquê deve ser este valor disponibilizado à Câmara Municipal? Porquê tanto valor de rendimento? Porque é que essa situação não leva o Executivo e a Administração a pensar? O que permite que este serviço - que é óbvio que tem que ser pago e é de qualidade - se tem tanto rendimento, não poder reduzir o valor desta taxa?-----

----- Porque é que, uma vez que é um serviço essencial mas em monopólio é único. Porque se prevê o Executivo continuar a exercer este peso nas taxas da factura do consumidor. --

----- Eu acho que é isso que nos faz reflectir e o que nos escandaliza é saber porque motivo o consumidor acaba por pagar uma taxa correspondente a um serviço, com um rendimento tão alto.-----

----- Estes valores que a Câmara assim obtém, deveriam ser investidos exactamente na remodelação da rede e apenas aqui, e não transferidos para a Câmara Municipal.-----

----- Quando existe um rendimento nas Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora obtido através deste meio, algo não está bem. Esta é a única razão que nos faz abster nesta votação porque, é um serviço com qualidade que atingiu níveis de eficácia mas não era necessário

imprimir uma carga tão grande ao consumidor final. -----

-----Por outro lado, já foram aqui referidos por várias vezes, os gastos com o Gabinete de Comunicação, nomeadamente nas ofertas, exposições e publicidade que são quase um milhão de euros de um serviço no qual será necessário ter alguma qualidade no serviço pedagógico e de publicidade mas não nestes valores. Mais uma vez invertemos a lógica de encontrar uma publicitação de campanhas extremamente dispendiosas e que oneram, mais uma vez, o consumidor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** esclareceu, dizendo o seguinte: -----

-----“Há uma diferença fundamental entre as GOP e Orçamento dos Serviços Municipalizados e as da Câmara Municipal. Enquanto na Câmara são serviços múltiplos, nos Serviços Municipalizados temos dois produtos: a água e o esgoto. Portanto, é mais fácil identificar os nossos objectivos, prioridades e áreas de investimento. A própria apresentação deste documento (que julgo que é muito clara) permite aos Senhores Deputados identificarem com grande nitidez e rapidez aquilo que é a natureza dos Serviços Municipalizados. -----

-----O Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF) colocou algumas questões e gostaria que esclarecesse uma delas - quando se referiu aos administradores sem pelouro - foi a única parte que não percebi da intervenção.” -----

-----O **Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Decorre do facto de que a figura do Director Delegado foi sendo esvaziada em detrimento da assunção, por parte dos administradores, de responsabilidades directas.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção: -----

-----“Já compreendi e como é óbvio, discordo totalmente. Surprende-me que o Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF) tenha essa leitura, pois estive algum tempo nos Serviços Municipalizados. -----

-----A Câmara Municipal tem o Presidente e dez Vereadores, dos quais cinco em regime



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de permanência - neste momento, porque podia ter mais - tem cinco Directores Municipais e cada um destes não é mais do que um Director Delegado. Têm exactamente o mesmo estatuto e as mesmas competências. Isto significa que o Director Delegado nos Serviços Municipalizados tem hoje uma função muito equiparada a um Director Geral e o facto dos administradores terem pelouros não significa que não haja campo de manobra para o Director Delegado, antes pelo contrário. - -----

----- A eficácia dos Serviços Municipalizados está hoje à vista. Lembro-lhes que durante quase vinte anos os SMAS não faziam concursos públicos - o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) não está com atenção e estou a responder a uma questão que colocou. Fizeram-se mais nos últimos quatro anos (de dois mil e cinco a dois mil e nove) do que nos vinte anos anteriores a dois mil e cinco. Porquê? Justamente porque foram dadas responsabilidades aos Administradores (uma espécie de pelouros mas não com essa designação) em determinadas áreas e o Director Delegado tem a função de coordenação técnica dos serviços.-----

----- Não são os Administradores que coordenam os serviços técnicos. O papel do Director Delegado é responder perante cada um dos Administradores na coordenação inter-serviços e nenhum deles se vai substituir ao Director Delegado. A função dos Administradores está ao nível da Administração. -----

----- A evolução dos SMAS já não se compadecia com a situação porque, quem mandasse nos SMAS, era Director Delegado. Na realidade, a Administração não passava de uma Administração “fantoche” que se limitava a ir às reuniões de quinze em quinze dias e a votar aquilo que o Director Delegado trazia e, como é óbvio, quem não acompanha a gestão dos serviços não pode saber o que se passa nos mesmos - essa era a razão pela qual nunca tinha havido um concurso público. -----

----- A partir do momento em que se criam administradores executivos não faz sentido que estes tenham remuneração de executivos e continuem a ser os mesmos “verbos de encher”

(irem às reuniões da administração e votarem aquilo que o Director Delegado ali trouxesse). -----

-----O paradigma da administração dos SMAS alterou-se radicalmente e isso, naturalmente, criou um problema.-----

-----A Directora Delegada que agora se reformou - Senhora Engenheira Gabriela Borrego - é digna de todos os louvores porque ela foi, de alguma forma, responsável por muitas das transformações que os Serviços Municipalizados assistiram ao longo dos últimos quatro anos. Como o Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF) deve saber - durante o tempo que lá esteve - não foi fácil porque, mesmo com toda a boa vontade e entusiasmo, quando são introduzidos novos mecanismos de controlo, as pessoas ficam desconfiadas. Foi preciso fazer uma acção pedagógica permanente junto dos SMAS para lhes mostrar que, quando se pretende saber as coisas, não é por uma questão de controlar a pessoa mas sim, saber como é que as coisas se estão a fazer, como é que o dinheiro se está a gastar, porque é que não é possível fazer um concurso público, porque só se fazem ajustes directos, etc.. A verdade é que, finalmente, conseguimos avançar nesse campo. -----

-----Não há nenhuma sobreposição entre o papel do Director Delegado e o da Administração e devo dizer que esta é uma transformação extraordinária que se está a reflectir, neste momento, numa melhor performance dos Serviços Municipalizados.-----

-----Portanto, se existe modificação que, em termos de gestão dos serviços municipalizados é uma transformação profunda, ela ocorre, justamente, naquela que decorreu do novo paradigma de designação do Conselho de Administração. Não houve nenhum esvaziamento de conteúdo e, pelo contrário (diz-me a experiência das reuniões em que tenho participado), a dificuldade da Directora Delegada é maior agora uma vez que, anteriormente, não havia controlo nenhum. Actualmente é a Directora Delegada que tem dificuldade em responder às solicitações que os diversos Administradores fazem (tem que os acompanhar e tem que saber), ou seja, agora, o grau de exigência é muito maior e, nessa matéria, julgo que a Engenheira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gabriela Borrego fez uma excelente transição.-----

----- Relativamente à área de comunicação compreendo que, numa apreciação muito simplista, se considere que é muito (numas vezes), noutras é pouco.-----

----- Alguém referiu a consolidação da imagem dos SMAS. Não é a imagem dos SMAS que está em causa mas sim a consolidação da imagem de uma entidade gestora que se preocupa com a adopção de medidas que sejam amigas do ambiente, do consumo e da poupança. Ao contrário daquilo que o Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) referiu sobre a campanha, quero dizer que não está realmente estimado o resultado económico dessa campanha em termos de impacto, junto dos consumidores. Eu não tenho dúvidas que foi a campanha mais eficaz que jamais se fez neste Concelho, em matéria de ambiente. Foi tão eficaz que os distribuidores de águas engarrafadas, invocando a concorrência desleal, moveram uma acção contra os Serviços Municipalizados para tentarem impedir que a campanha continuasse.-----

----- Na realidade, o problema surgiu porque se utilizou uma imagem publicitária que dizia às pessoas “bebam água da torneira porque é boa e podem consumi-la com segurança”. A única diferença é que, uma água engarrafada, passando para além do prazo de validade, adquire determinadas qualidades, uma vez que, tal como a água da torneira, leva produtos semelhantes. Se a água da torneira for bebida naquele período de abrir a torneira e beber, tem toda a qualidade.-----

----- O objectivo desta campanha era criar condições para que as pessoas bebessem água da torneira - não que a estragassem ou que consumissem mais mas sim, que a poupassem.-----

----- Paraphrasing the Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), nós cuidamos da carteira dos nossos concidadãos e, precisamente por isso é que temos políticas de natureza social que visam proteger os mais desfavorecidos. Em relação a esta matéria estou inteiramente sintonizado consigo.-----

----- Estes gastos de comunicação têm a ver, justamente, com acções de sensibilização

para poupança de água, com a divulgação das políticas do Município (nomeadamente, das tarifas sociais para que as pessoas possam realmente beneficiar delas) ou com o “Clube da Água” que foi criado e está a ser desenvolvido nas escolas para sensibilizar as crianças. Portanto, todo este conjunto de iniciativas não é propaganda dos SMAS. -----

-----Se em vez de “comunicação”, estivessem aqui “acções de sensibilização ambiental”, possivelmente, os Senhores Deputados achariam muito bem. Pois então, em vez de lhes chamarem custos de comunicação, chamem-lhes acções de sensibilização ambiental porque é disso que se trata. Os filmes institucionais que se possam fazer visam, naturalmente, ser acções de sensibilização - não são filmes de propaganda dos SMAS. -----

-----Quanto ao problema das transferências, gostaria de dizer o seguinte: -----

-----Este é dos tais casos em que nós temos um atendimento a cem por cento na água e nos esgotos e não é por acaso que por esse País fora há muitos que concessionaram (não privatizaram) e porquê? Porque é preciso fazer muitos milhões de investimento para ter uma rede capaz. -----

-----Nós somos os Serviços Municipalizados deste País que tem a maior reserva estratégica de água. Só a EPAL é que tem uma reserva estratégica superior à nossa (em baixa). Há investimentos que são feitos pelos municípios e que, naturalmente, poderão ser acelerados com estas transferências. Aliás, gostei muito de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Marcos Sá (PS) no que diz respeito à transversalidade e à integração. -----

-----Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF), o que não fazia sentido era que os Serviços Municipalizados fossem uma espécie de banco. Havendo necessidade de investir na área do ambiente, na área da reabilitação das ribeiras, na contenção de cheias ou nas redes separativas dos colectores pluviais e domésticos, as Câmaras Municipais iriam endividar-se e contrair empréstimos para fazerem esses investimentos e, ao mesmo tempo, tinham uma espécie de banco (privado) cujo dinheiro estava na caixa e que não servia para nada. Vocês diriam - então baixam-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se os preços mas a questão não é essa.-----

----- Nós estamos no mercado. Oíçam o que diz o Governo e a Senhora Ministra do Ambiente - a água vai continuar a subir, por isso, há que poupar e que ter eficácia. Portanto, são importantes as acções de sensibilização para que as pessoas não desperdicem água, porque ainda o fazem. Somos todos ambientalistas mas, provavelmente, cada um, nas suas casas, não faz poupança de água como deve ser - eu faço.-----

----- Em relação ao problema das alcavalas, os Senhores Deputados já deram aqui a resposta - muitas delas não são para o Município.-----

----- Relativamente aos concursos públicos, estou inteiramente de acordo com o que disse o Senhor Deputado Marcos Sá (PS) - fazer o máximo de concursos públicos e é essa a orientação dos SMAS, mesmo na área da Comunicação.-----

----- Relativamente à Empresa Intermunicipal Oeiras/Amadora, devo dizer-lhes que o grande mérito dos Municípios de Oeiras e Amadora - na minha opinião e também partilhado pelo Presidente da Câmara da Amadora - tem consistido no facto de, ao longo de todos estes anos, duas Câmaras Municipais que nunca tiveram à sua frente o mesmo Partido, conseguiram manter esta situação unida, sem caminharem para uma política de separação que, naturalmente, teria efeitos em termos de economia de escala. Julgo, portanto, que este é o grande mérito.-----

----- Mantém-se o propósito e já está pronto um documento para constituir, não uma empresa, mas sim uma associação. Como calculam, não estamos na disposição de estar a pagar impostos ao Estado. Foi feito um documento que já foi enviado para o Presidente da Câmara da Amadora e seguirá outro em breve.-----

----- Relativamente ao problema do preço da água e da tarifa social faz sentido que haja alguma harmonização dos preços da água ao nível da Área Metropolitana de Lisboa e do País. De resto, a política do Governo é que o preço da água, por razões de equidade, tenha tendência a aproximar-se a nível nacional e eu estou de acordo com isso mas faz sentido que haja aqui uma

discriminação positiva. A Senhora Deputada Isabel Sande e Castro (CDS/PP) diz que se podiam baixar preços mas o que faz sentido é que, em função da avaliação que fazemos, podermos alargar a tarifa social a (cada vez) mais famílias. Quando estabelecemos a tarifa social estávamos convencidos que iríamos abranger um maior número de famílias mas acho que o esforço pode ainda ser maior e, portanto, cá estaremos para fazer esses ajustamentos. -----

-----No que diz respeito à remodelação da frota automóvel, como sabem, esta obedece a certos parâmetros - é uma renda anual que se paga e julgo que, de três em três anos é feita a renovação da frota. -----

-----Relativamente às viaturas amigas do ambiente nós temos, a título de exemplo, algumas viaturas eléctricas. A ideia é dar o exemplo para que os privados também as possam adquirir mas, naturalmente, não faz sentido que um privado compre uma viatura híbrida que só é eléctrica até aos trinta quilómetros por hora. A partir dessa velocidade também gasta gasolina. Quem é que anda a trinta quilómetros por hora? Mesmo dentro do Concelho de Oeiras, anda-se sempre a mais do que isso. -----

-----Estamos a estudar e já fizemos as negociações (ainda não está implementado porque aguardamos uma resposta por parte da GALP) no sentido de utilizarmos o hidrogénio, ou o gás natural nas viaturas de recolha de resíduos. É necessária a instalação de depósitos de gás e, neste momento, a GALP ainda não os faz. Tivemos uma reunião na semana passada e a orientação que dei ao Senhor Vereador Ricardo Barros e à Senhora Vereadora Madalena Castro, no âmbito da Oeingerge, foi que estávamos disponíveis para pagar esses depósitos. Não é preciso a GALP pagá-los porque a Câmara suporta esses custos mas, segundo parece, aquilo tem que ter um determinado número de consumidores.-----

-----Tive a oportunidade de visitar a Câmara Municipal de Milão e verifiquei que todos os carros de recolha de resíduos em Milão já funcionam a gás natural. Aquele sistema exige um processo de abastecimento em que o carro tem que estar no mínimo, de doze a vinte e quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

horas a carregar, existem processos de carregamento mais rápidos mas que não são tão eficazes.-

----- Não adianta dizermos que vamos comprar viaturas amigas do ambiente se depois elas não podem funcionar. Hajam as infra-estruturas necessárias que permitam o seu funcionamento e a Câmara de Oeiras está disponível para esse efeito. -----

----- Quanto ao equipamento informático e software, aquilo que está previsto adquirir é objecto de um concurso público. Quando falamos em equipamento informático (hardware, software, etc.) estão também aqui incluídos custos que não são propriamente informáticos, por exemplo referentes a facturação, avisos, postais que se enviam, etc.. Durante muitos anos trabalhámos com a EDINFOR (que agora tem outro nome - LOGICA), fomos fazendo sucessivos contratos de prorrogação, sujeitos a actualizações brutais, cujo controlo nós perdíamos e, portanto, decidimos abrir um concurso público. -----

----- Esse concurso está a ser objecto de apreciação, o primeiro não correu bem e abriu-se outro para fazer, justamente, uma série de serviços. Na Câmara a situação relativa a estes investimentos é diferente, nos SMAS toda a área comercial está nesta verba relativamente à informática, ou seja, a soma que fizeram inclui a facturação. -----

----- Relativamente à rega dos Jardins Municipais sem ser com água da torneira, devo dizer que isso já acontece em sete jardins e, naqueles que têm dimensão, estamos a preparar furos. Julgo que o Parque dos Poetas já tem e está feito um levantamento de mais algumas situações onde isso vai acontecer. Uma coisa é certa - onde não há furos sabemos quanto é que se gasta porque estão lá contadores dos Serviços Municipalizados e há uma orientação muito rigorosa - não se está a consumir à toa. -----

----- Relativamente a uma dúvida que foi colocada pelo Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) acerca de quarenta mil euros para um canal corporativo, cuja eficácia não vislumbra eu gostaria de dizer que eu também não. Como vê, temos um ponto em que estamos de acordo. Essa foi uma questão bastante discutida no Conselho de Administração e, já agora, quero esclarecer o

seguinte: não sei se irão gastar estes quarenta mil euros porque uma das condições que ficou estabelecida foi que não se gastaria mais do que a Câmara Municipal gastou. Portanto, o orçamento que os Serviços Municipalizados têm para fazer este canal são quarenta mil euros. A Câmara Municipal já tem um - e eu não sou muito dado a estas designações pomposas - canal corporativo. Até parece que se trata de um canal de televisão mas não é nada disso. -----

-----São monitores colocados em instalações dos SMAS pelos quais decorre informação. Assim, os cidadãos que estão à espera para fazer o seu pagamento ficam muito mais animados se ouvirem um pouco de música, se virem algumas imagens, se tiverem informação, etc.. -----

-----Portanto, este valor é respeitante às aquisições dos instrumentos visuais (monitores), ao equipamento de software, de hardware e depois, à manutenção - tudo isso dá os quarenta mil euros. Tenho a sensação que, na Câmara Municipal, instalámos esse equipamento por menos dinheiro mas o Senhor Administrador Nuno Campilho fez essa averiguação e diz que não. De qualquer modo, o Gabinete de Comunicação da Câmara ficou de apresentar essa conta. Na verdade, este serviço é fundamental e importante uma vez que traz informação constante às pessoas que visitam os Serviços Municipalizados. -----

-----O valor atribuído aos Protocolos com a SANEST e a SIMTEJO tem a ver com os diversos serviços prestados por parte destes na construção, eventualmente, de determinados colectores, na ligação de colectores domésticos, do intersector geral de esgotos, ou ainda de colectores ao longo dos percursos de água das ribeiras. Com a SIMTEJO presumo que se trate da ligação de Algés ao Monsanto e essa obra já decorreu, já está feita. São obras que podem ser realizadas pelos SMAS mas, muitas vezes, como a SIMTEJO ou a SANEST têm que fazer uma determinada obra, fazem logo a parte da Câmara e esta comparticipa com a parte que lhe diz respeito. É para isso que são esses protocolos. -----

-----Respondendo ao Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), o valor do Orçamento é só um - sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, cento e setenta euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quanto às obras do Alto de Algés (da ligação à baixa) gostaria de dizer o seguinte:---

----- Neste momento podemos dizer que temos colectores separativos mas pode haver um caso ou outro em que às vezes ainda se verifiquem essas situações mas elas têm vindo a ser identificadas, paulatinamente, no sentido de serem eliminadas. -----

----- Essa é, justamente, uma obra que temos que fazer, erradicar de vez essas situações de confusão entre colectores pluviais e colectores domésticos, mas de qualquer maneira está em curso um projecto que não é muito bem no Alto de Algés mas sim da Avenida da República para a baixa.-----

----- Perguntaram qual a razão de haver mais investimentos na Amadora do que em Oeiras. Se fosse ao contrário, perguntariam porquê mais em Oeiras do que na Amadora e, obviamente que essa situação tem a ver com o andamento dos projectos. -----

----- Penso que o último investimento foi na Central dos Passarinhos - para essa central houve um concurso que teve ser anulado e foi aberto um novo - há vários anos que esta situação deveria ter avançado. Trata-se de um grande investimento e há anos em que se investe mais na Amadora e outros em que se investe mais em Oeiras. O facto de se investir mais na Amadora num determinado ano pode ter a ver com o facto de estarem previstos os investimentos de dois mil e dez e a estes serem acrescidos os investimentos que deveriam ter sido feitos em dois mil e oito ou em dois mil e nove e que, por razões de natureza burocrática, não se fizeram. -----

----- Da parte da Câmara da Amadora nunca houve nenhuma reclamação (e da Câmara de Oeiras também não) relativamente a obras da responsabilidade dos SMAS, isto é, a preocupação nunca foi a de beneficiar Oeiras ou Amadora, a preocupação foi sempre a de: -----

----- Primeiro: garantir cem por cento de atendimento seja no abastecimento de água ou no tratamento de esgotos. -----

----- Segundo: garantir - justamente por razões que tem a ver com a possibilidade de separação - a autonomia aos dois Municípios. Isto é, se num determinado momento, por razões

de natureza política se quisesse fazer a separação dos Serviços Municipalizados, essas condições estão criadas. Há autonomia dos dois lados e ela traduz-se na criação de relações de igualdade designadamente, nas reservas estratégicas de água quer num lado, quer no outro. -----

-----Onde é que se investe e para onde vai tanto dinheiro? Vou dar um exemplo: há cerca de um mês assinei um protocolo com o INAG (Instituto da Água) para a construção da duplicação da secção da Ribeira de Algés. Estou a falar de um investimento na ordem dos vinte milhões de euros - é quanto vai custar essa obra. Não estamos a falar de água? Não estamos a falar de poluição? Não estamos a falar de cheias na baixa de Algés? Estamos a falar disso tudo. -

-----Quem é que vai fazer esse investimento de vinte milhões de euros? Uma parte será feita pelo Estado através de Fundos Comunitários e a outra será feita pela Câmara Municipal - vamos ver se conseguimos que não seja cinquenta por cento a Câmara e os outros cinquenta por cento o INAG. Espero que haja uma relação diferente e que sejam eles a pagar setenta por cento e nós trinta por cento - pelo menos, o Presidente do INAG deu alguma abertura para isso.-----

-----Mas se chegar aos cinquenta por cento falamos em dez milhões de euros, ou seja, só esta obra leva as transferências de dois anos. Portanto, os investimentos estão aí à vista.-----

-----Em relação às cheias em Tercena, o INAG fez-nos o projecto e nós vamos abrir o concurso este ano (possivelmente no final do ano), em função das disponibilidades financeiras. Não é muito dinheiro mas são perto de quatrocentos mil euros. Esta obra é para acabar com toda aquela água que vem de Massamá, que escoa pela rua abaixo em direcção a Tercena, à zona do mercado, que fica toda inundada.-----

-----A Câmara Municipal de Sintra é quem devia fazer esta obra, porque a água vem toda desse Concelho e quem vai fazer todo o investimento é a Câmara Municipal de Oeiras. A REFER vai fazer vinte metros por baixo da via-férrea e a Câmara Municipal de Oeiras tem que fazer cerca de setecentos metros. Portanto, é para aí que vai o dinheiro.” -----

-----A **Senhora Deputada Isabel Sande e Castro (CDS/PP)** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Sobre esta questão do destino do dinheiro e referente ao assunto da publicidade/campanha, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se é verdade que os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora pagaram o concerto do Tony Carreira na Amadora, como foi publicitado na imprensa e debatido na Assembleia Municipal da Amadora? Gostaria ainda de saber se isso faz parte da educação ambiental.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** esclareceu dizendo o seguinte: -----

----- “Por acaso não sei se pagaram e tenho pena de não ter ido ver. Não sei se ele foi à Amadora mas eu gostava de o trazer a Oeiras. É obvio que, no âmbito da cooperação dos Serviços Municipalizados com os dois municípios, os SMAS participam nas festas, quer nas de Oeiras, quer nas da Amadora. Não faço ideia se houve esse concerto, nem é a Câmara Municipal de Oeiras que vai fiscalizar essa questão. Os Serviços Municipalizados participam actividades culturais de ambos os Concelhos - qualquer empresa o faz. -----

----- Se até o Banco Comercial Português, a Caixa Geral de Depósitos, a EDP, ou empresas com acções de Mecenato fazem isso, mal seria se os Serviços Municipalizados no âmbito dos dois Concelhos onde realizam receita, não devolvessem alguma sob a forma cultural e social.”-- -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) pediu a palavra - uma vez que vamos com setenta e quatro minutos no primeiro ponto, gostaria de saber para que efeito.” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Vamos com setenta e quatro minutos sendo certo que, trinta minutos são da Câmara Municipal e os outros dos restantes grupos políticos.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “O Partido Socialista usou dez minutos, o Partido Social Democrata - oito minutos e meio, o Bloco de Esquerda - oito minutos, os restantes grupos políticos, cinco minutos cada e a

Câmara Municipal, trinta e três minutos.-----

-----Peço que seja o mais breve possível.”-----

-----O **Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Relativamente a essa matéria, ficou claro que o Senhor Presidente da Câmara tem também muitas dúvidas quanto ao destino do dinheiro em relação à área da comunicação nos serviços Municipalizados - pelo menos manifestou-o aqui. Parece-me um bom sinal na perspectiva de que está de acordo com algumas preocupações que o Partido Socialista manifestou no passado. -----

-----Portanto, registo com muito agrado a preocupação do Senhor Presidente e até a transformo numa sugestão, porque não tenho nada contra os canais corporativos. O que para mim não faz sentido do ponto de vista da gestão dos dinheiros públicos é a Câmara Municipal não centralizar essas coisas, porque os serviços Municipalizados ou uma Empresa Municipal são uma extensão desta. Não faz sentido ter dez canais corporativos em cada uma das empresas, mas sim a Câmara Municipal, fazer um que contemple todos no sentido de até transformar essas mensagens do ponto de vista da informação ao cidadão em todos os locais. Isso é que faz sentido e é aí que eu critico a questão de muitas das vezes as coisas como são feitas na Câmara de Oeiras e gostava de registar isso.-----

-----Outra questão que gostava de assinalar, e que ficou aqui evidente, tem a ver com a grande discórdia entre a bancada do IOMAF e do Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Director Delegado. Relativamente a essa matéria gostava de lhe dar um apontamento que me parece bom para reflexão - porque Senhor Presidente, a política também se faz com história e estas coisas têm história.-----

-----O Director Delegado quer dizer isso mesmo - delegado. Está Delegado pelo Conselho de Administração para decidir e sempre fez sentido os Serviços Municipalizados terem delegado porque nunca o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados até ao ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de dois mil e cinco, os Administradores eram executivos, ou seja, tinham Pelouro, por isso fazia todo o sentido terem um Director Delegado. Neste momento, o que presumo que o Senhor Deputado do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente quis pôr em causa foi: se temos Directores Executivos porque é que temos Director Delegado? Não faz sentido substituir e essa questão devolvo-lhe no sentido de reflectir sobre essa matéria porque aquilo que percebi é Director Delegado com ou sem pelouros executivos podemos substituir porque não é essa a sua função. Aliás, pergunto-lhe - quantos directores é que os Serviços Municipalizados têm? Como sabe têm muitos directores e estes têm a mesma responsabilidade que os directores municipais da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Portanto, não é por aí, nem por falta de reportarem o que decidem e que propõem ao Conselho de Administração. O Director Delegado tinha um objectivo que era substituir o Conselho de Administração porque este não tinha poder executivo, não tinha pelouros atribuídos e, portanto, tinha que fazer essa função que não existia no passado. -----

----- Gostaria ainda de deixar mais uma nota para o futuro e na perspectiva de reflexão do Senhor Presidente relativamente ao poder que deve ter um Vereador do Ambiente no Século Vinte e Um. -----

----- Para mim um Vereador, no Século Vinte e Um, tem que ter exactamente este poder, que é o seguinte: não tem que ter uma perspectiva só de Câmara Municipal dentro das funções que lhe estão atribuídas mas sim uma perspectiva global do ponto de vista do Concelho. Aí, independentemente de estar salvaguardada a autonomia de cada uma das empresas sejam eles Serviços Municipalizados, Empresas Municipais ou Intermunicipais, o Vereador do Ambiente deve ter a força do Senhor Presidente, porque é ele que dá indicações aos outros Conselhos de Administração sobre o que fazem ou o que não fazem, no sentido de intervir com sugestões relativamente a ser transversal. -----

----- Quando falei de ser transversal não estava só a falar da Câmara mas sim de todos os

serviços - empresas municipais, intermunicipais, serviços municipalizados - de tudo o que é da responsabilidade da Câmara Municipal. Acho que o Senhor Presidente devia reflectir nessa matéria de ser dado esse poder e do Senhor Vereador do Ambiente passar a ter uma importância muito mais significativa do que teve no passado - estamos no Século Vinte e Um e não no Século Vinte.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Estamos no primeiro ponto da Ordem do Dia, temos que avançar, a Câmara deveria ter sido a última a esclarecer as dúvidas. Há mais pessoas que querem intervir, no entanto a Mesa entende que não se deve dar a palavra sobre este assunto a mais ninguém a não ser nos termos em que o Regimento está escrito para Defesa ou para intervenções que não relacionadas com esta matéria. Assim, damos apenas a palavra ao Senhor Presidente da Câmara porque foi interpelado e pergunto se os Senhores Deputados que ainda pretendem intervir, querem discutir esta Proposta ou querem falar de outra questão. Sobre este assunto, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Quero apenas esclarecer o seguinte: os Serviços Municipalizados, juridicamente, são Serviços Municipalizados de Oeiras mas, na realidade, hoje, politicamente são os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora. Mesmo do ponto de vista regulamentar, a Câmara Municipal de Oeiras e a Assembleia Municipal aprovaram um Regulamento, no qual designam os Serviços Municipalizados por Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora mas a filosofia de actuação dos SMAS não foi alterada. Isso significa que os Administradores pelo facto de serem executivos não vão bulir, em nada, com as competências do Director Delegado. Os pelouros dos Administradores dos SMAS são diferentes dos pelouros de um Vereador da Câmara Municipal.- -----

-----Os Vereadores da Câmara Municipal têm competência para despachar nos termos da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

delegação de competências. Nos SMAS os Administradores têm competência para acompanhar áreas específicas dos serviços municipalizados mas a decisão técnica compete ao Director Delegado e não aos Administradores. Mesmo que os assuntos sejam levados pelo Administrador “A” ou “B” que acompanha esta, ou aquela área, todas as deliberações são tomadas no Conselho de Administração.-----

----- Portanto, é desconhecimento do Senhor Deputado Luís Larcher (IOMAF) de como isto funciona. O Director Delegado dos Serviços Municipalizados tem todas as competências que a Lei lhe atribui, não lhes foram retiradas nenhuma - esta é que é a realidade.-----

----- Os Administradores não podem exercer as competências do Director Delegado até porque estas são atribuídas por Lei, às quais acrescem as que lhe são delegadas pela própria Administração, ou pelo Presidente do Conselho de Administração. Portanto, que fique claro que os Administradores não estão ali a despachar os assuntos em termos de decisão de acto administrativo, pois isso é levado ao Conselho de Administração, razão porque não há conflito entre os Administradores e o Director Delegado.”-----

6.1.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, dez do Partido Socialista e cinco do Partido Social Democrata, com quatro abstenções, sendo três da Coligação Democrática Unitária e uma do Centro Democrático Social/Partido Popular e com um voto contra do Bloco de Esquerda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 3/2010**-----

----- **PROPOSTA CMO N.º 1170/09 - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010 - SMAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil

cento e setenta barra zero nove, a que se refere a deliberação número vinte e um da reunião da Câmara Municipal, realizada em dezasseis de Dezembro de dois mil e nove e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, dez do Partido Socialista e cinco do Partido Social Democrata, com quatro abstenções, sendo três da Coligação Democrática Unitária e uma do Centro Democrático Social/Partido Popular e com um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano dos SMAS para o ano de dois mil e dez, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

6.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1155/09 relativa à Aquisição de parcela de terreno correspondente ao lote 21 do Alvará de Loteamento 4/94 para integrar o projecto de edificação de uma unidade geriátrica Municipal em Porto Salvo, que a seguir se transcreve: -----

“2 - PROPOSTA N.º. 1155/09 AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO CORRESPONDENTE AO LOTE 21 DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 4/94 PARA INTEGRAR O PROJECTO DE EDIFICAÇÃO DE UMA UNIDADE GERIÁTRICA MUNICIPAL, EM PORTO SALVO:-----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Um - Em onze de Fevereiro de dois mil e nove, através da proposta de deliberação número noventa e um, de dois mil e nove, foi aprovada a selecção de pessoa colectiva de direito privado que, com o Município de Oeiras, participa na constituição da sociedade comercial “Oeiras Primus”, destinada a, entre outros objectivos, conceber, instalar e conservar dois Centros Geriátricos no Concelho de Oeiras. -----

Dois - O projecto de arquitectura do referido equipamento geriátrico foi objecto de apreciação favorável através da informação nove mil setecentos e seis, de dois mil e nove, da Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação/Departamento de Planeamento e Gestão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Urbanística/Divisão de Planeamento, que, com as plantas à mesma anexas, constitui o anexo um à presente proposta de deliberação; -----

Três - De modo a ser disponibilizada o total de área de terreno necessária para a implementação do projectado Centro Geriátrico de Porto Salvo, iniciaram-se contactos com os proprietários do lote vinte e um, do alvará de loteamento quatro, de noventa e nove, correspondente ao artigo matricial mil novecentos e onze, da Freguesia de Porto Salvo, descrito na Segunda Conservatória do Registo Comercial de Oeiras sob a ficha número mil e dezoito, de cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e nove, com a área de implantação de seiscentos e noventa e cinco metros quadrados, propriedade de José Manuel Freire Sabido, Luís Manuel Freire Sabido, Maria de Fátima Freire Sabido Paraíso e Olímpia Pereira Freire Sabido, conforme certidões que se juntam ao processo. -----

----- Quatro - No seguimento de tais negociações, foi possível acordar a aquisição do referido lote vinte e um, sem ónus nem encargos, pelo preço global de quinhentos mil euros, a liquidar pela seguinte forma: -----

----- a) cinquenta por cento do referido montante a liquidar com a assinatura do contrato promessa de compra e venda, a ocorrer no prazo de trinta dias após a obtenção ou da autorização da Assembleia Municipal de Oeiras ou do visto prévio do Tribunal de Contas, conforme o que ocorrer em último lugar; -----

----- b) O remanescente do preço será liquidado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a ocorrer no prazo de noventa dias após a assinatura do contrato promessa. -----

----- Quatro - A aquisição em causa não tem efeitos financeiros em dois mil e nove, estando tão-somente a mesma prevista nas GOP/PPI de dois mil e dez, no âmbito da rubrica dois mil e dez/mil cento e noventa e três. -----

----- Nesta conformidade, proponho ao Executivo Camarário que delibere: -----

----- Um - Aprovar a aquisição, sem ónus nem encargos, do lote vinte e um, do alvará de

loteamento quatro, de noventa e quatro, correspondente ao artigo matricial mil novecentos e onze, da Freguesia de Porto Salvo, descrito na Segunda Conservatória do Registo Comercial de Oeiras sob a ficha número mil e dezoito, de cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e nove da mesma Freguesia, com a área de implantação de seiscentos e noventa e cinco metros quadrados, propriedade de José Manuel Freire Sabido, Luís Manuel Freire Sabido, Maria de Fátima Freire Sabido Paraíso e Olímpia Pereira Freire Sabido, pelo preço de quinhentos mil euros, a liquidar nas seguintes condições:-----

-----a) cinquenta por cento do referido montante a liquidar com a assinatura do contrato promessa de compra e venda, a ocorrer no prazo de trinta dias após a obtenção ou da autorização da Assembleia Municipal de Oeiras ou do visto prévio do Tribunal de Contas, conforme o que ocorrer em último lugar; -----

-----b) O remanescente do preço será liquidado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a ocorrer no prazo de noventa dias após a assinatura do contrato promessa.-----

-----Dois - A remessa da presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal para autorização para a aquisição perspectivada, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo terceiro, número dois, alínea i), da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e para visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto nos artigos quadragésimo quarto, quadragésimo quinto e quinquagésimo primeiro, número um alínea m) da Lei noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de Agosto, autorização e visto esse que constituem condição prévia à outorga do citado contrato promessa de compra e venda.” -----

-----II - Intervindo, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** questionou se tinha parecer da Comissão Municipal de Avaliações, ao que o **arquitecto Baptista Fernandes** respondeu que os valores não foram à Comissão Municipal de Avaliações por se estar a comprar a valor abaixo do mercado.--- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No uso da palavra, o **Senhor Presidente** disse que se os valores fossem, a Comissão Municipal de Avaliações avaliava mais alto, porque se está a avaliar construção e, no mínimo, teria que ser por oitenta contos o metro quadrado, o que daria oitocentos mil euros e está-se a comprar por quinhentos mil euros. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

----- IV - O **Senhor Vereador Amílcar Campos** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu votei favoravelmente esta proposta na presunção de que o valor encontrado para esta aquisição é manifestamente inferior ao preço de mercado.-----

----- Foi isto que me foi dito e é nessa presunção que eu voto favoravelmente.” -----

----- V - O **Senhor Vereador Carlos Oliveira** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós também votamos esta proposta, primeiro, porque ela é essencial para que prossigamos a construção do Centro Geriátrico, que achamos que é uma obra muito importante, sobretudo, para a Freguesia de Porto Salvo, neste caso e, depois, porque naturalmente estamos a comprar a um preço muito abaixo daquilo que é o valor do mercado, independentemente de não haver a avaliação da Comissão Municipal de Avaliações, mas pelo preço, sabemos pela prática de outras peças que vêm a esta Câmara que estamos a comprar, efectivamente, a um valor bastante abaixo daquele que é comum.” -----

----- VI - O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O Partido Social Democrata votou, também, favoravelmente esta proposta de deliberação, no sentido em que a aquisição deste terreno é para a construção de uma Unidade Geriátrica essencial para o Concelho e para a Freguesia e visto a compra desta parcela de terreno, ou deste lote ser a preço inferior ao preço de mercado, não haveria outro sentido de voto se não este.” -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que a declaração de voto que fez foi relativamente ao processo da compra. Relativamente à razão, nem sequer a pôs

em causa, porque já foi aprovada essa acção e se o terreno é indispensável, não seria agora que iria pôr isso em causa.” -----

-----O **Senhor Deputado Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: -----

-----“Esta Proposta é extremamente importante porque, do ponto de vista social, trás para o nosso Concelho e para a Freguesia de Porto Salvo um valor acrescentado, que deve ser sublinhado. -----

-----Trata-se de uma situação em que é necessário fazer um acerto de áreas no quarteirão onde foi projectado o Centro Geriátrico de Porto Salvo e em consequência disso a Câmara vai ter que alienar ou adquirir a um particular uma determinada área. Convém salientar que os valores dessa compra, tratando-se de um terreno urbanizado (um terreno integrado no espaço urbano), são relativamente baixos considerando os valores normais praticados na nossa Freguesia.-----

-----Considero como já referi, que a aprovação desta Proposta é extremamente importante porque vai dar a possibilidade da Câmara Municipal de Oeiras avançar com todo o processo da construção do centro geriátrico que como disse, do ponto de vista social, é de uma importância extremamente relevante.”-----

-----O **Senhor Deputado Adelino Nunes (PS)** disse o seguinte: -----

-----“O Partido Socialista congratula-se, de facto, com a construção deste tipo de equipamentos. A minha pergunta é só esta: após a sua construção, tendo em vista que a aquisição, segundo me parece, é de parceria privada e Câmara, de quem será depois a responsabilidade da gestão deste equipamento?” -----

-----O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** disse o seguinte: -----

-----“A Coligação Democrática Unitária está, de facto, de acordo com a aquisição do terreno para esta unidade geriátrica uma vez que não vai servir só a população de Porto Salvo, mas também das do Concelho, e, em termos futuros, iremos ver os efeitos sociais que irá ter para a população. Por tudo isto estamos de acordo com a aquisição do terreno.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Este é um exemplo claro da vertente social que todos nós pugnamos e que se torna fundamental numa altura em que cada vez mais a taxa de mortalidade desce e, naturalmente, cada vez mais os nossos conterrâneos munícipes portugueses tendem a aumentar a sua esperança de vida. Portanto, estas unidades sejam elas construídas onde quer que sejam, são fundamentais.

----- Neste caso é em Porto Salvo, mas esperamos que, no futuro, outras Freguesias também venham a ser beneficiadas, porque necessariamente há, de facto, procura para todas elas.

----- Estamos de acordo com esta aquisição, independentemente daquilo que no futuro for a forma de gestão desta unidade. Para nós o que é importante é que ela seja construída no mais curto espaço de tempo e produza o resultado que todos nós esperamos. Não temos quaisquer dúvidas em dizer que iremos votar favoravelmente esta Proposta.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar, e porque julgo ser a oportunidade certa e correcta, quero fazer uma homenagem ao proprietário deste terreno com quem tive a oportunidade de negociar a venda ou a alienação deste terreno para este fim, ou seja, para a construção deste equipamento geriátrico e que no entretanto faleceu. -----

----- No entanto tudo aquilo que ele tinha decidido e firmado com os serviços da Câmara e comigo manteve-se e os seus herdeiros respeitaram. Daí estarmos hoje aqui a apresentar esta Proposta que irá permitir - através de um modelo de parceria pública/privada - a construção de um equipamento extremamente necessário àquela Freguesia e ao nosso Concelho.-----

----- Quero dizer que paralelamente a esta irá também a avançar a construção de um equipamento idêntico na Freguesia de Caxias - mais concretamente em Laveiras - no âmbito desta sociedade veículo da Oeiras PRIMUS. -----

----- Quanto à gestão desta unidade geriátrica em Porto Salvo ainda não está decidido mas, em princípio, será atribuída à Oeiras São Julião - à IPSS que foi constituída pelo CCD da

Câmara Municipal de Oeiras.”-----

6.2.1.VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, seis do Partido Socialista, cinco do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda.-- -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 4/2010**-----

-----**PROPOSTA CMO N.º 1155/09 - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO CORRESPONDENTE AO LOTE 21 DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 4/94 PARA INTEGRAR O PROJECTO DE EDIFICAÇÃO DE UMA UNIDADE GERIÁTRICA MUNICIPAL, EM PORTO SALVO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e cinquenta e cinco barra zero nove, a que se refere a deliberação número dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em quatro de Dezembro de dois mil e nove e deliberou por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, seis do Partido Socialista, cinco do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, autorizar a aquisição, sem ónus nem encargos, do lote vinte e um, do alvará de loteamento quatro, de noventa e quatro, correspondente ao artigo matricial mil novecentos e onze, da Freguesia de Porto Salvo, descrito na Segunda Conservatória do Registo Comercial de Oeiras sob a ficha número mil e dezoito, de cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e nove da mesma Freguesia, com a área de implantação de seiscentos e noventa e cinco metros quadrados, propriedade de José Manuel Freire Sabido, Luís Manuel Freire Sabido, Maria de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Fátima Freire Sabido Paraíso e Olímpia Pereira Freire Sabido, pelo preço de quinhentos mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. ---

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”. -----

6.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1215/09 relativa à Aquisição de prestação de serviços de manutenção e eventual requalificação de espaços verdes na zona nascente da Freguesia de Oeiras - Repartição de encargos - Ofício N.º. 61164 - 30.12.2009,
que a seguir se transcreve: -----

“66 - PROPOSTA N.º. 1215/09 - AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EVENTUAL REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NA ZONA NASCENTE DA FREGUESIA DE OEIRAS: -----

----- I - A Senhora Vereadora Madalena Castro apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Foram recepcionados, na zona nascente da Freguesia de Oeiras, os espaços verdes de dois loteamentos, bem como a requalificação de diversos canteiros. Decorre então, a necessidade de se manterem os referidos novos espaços. -----

----- No dia nove de Janeiro de dois mil e oito teve início o contrato para manutenção e eventual requalificação de espaços verdes na zona nascente da Freguesia de Oeiras (contrato número vinte e quatro, de dois mil e oito) com a empresa Flora Garden - Projectos Silvicultura e Jardinagem Unipessoal, Limitada, tendo este um valor mensal inicial de trinta e dois mil setecentos e sessenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - -----

----- Atendendo que há um acréscimo de cinco mil novecentos e cinquenta e sete metros quadrados de zonas verdes, o que corresponde a um aumento de cerca de dois vírgula noventa por cento do total da área contratada inicialmente; -----

----- Atendendo a que de acordo com a alínea três ponto cinco, do capítulo primeiro -

Objecto de Consulta do Programa de Concurso “O adjudicatário obriga-se a fazer cumprir integralmente a prestação de serviços no que concerne a trabalhos em áreas não previstas neste Caderno de Encargos, desde que esse excesso não exceda vinte e cinco por cento da área total prevista, mediante a obrigação de pagamento pela Câmara Municipal de Oeiras, de valor equivalente e proporcional ao da área objecto de intervenção”. -----

-----Área aumentada:-----

-----As zonas ajardinadas a serem incluídas nesta prestação de serviços, localizam-se na zona nascente na Freguesia de Oeiras, estão identificadas nas plantas em anexo e são discriminadas em seguida:-----

----- Vários canteiros, com um total de cinco mil metros quadrados e localizado na envolvente ao Centro de Bricolage IZI, na Figueirinha (ponto um da planta);-----

----- Rotunda, com um total de cento e dez metros quadrados e localizada na Estrada de Oeiras, em Cacilhas de Oeiras (ponto dois da planta);-----

----- Vários canteiros, com um total de seiscentos e quarenta e sete metros quadrados e cinquenta e seis caldeiras de arruamento localizados na Rua José Malhoa, na Figueirinha (ponto três da planta);-----

----- Vários canteiros com um total de cento e vinte metros quadrados, localizados na Rua Miguel Bombarda, em Santo Amaro (ponto quatro da planta);-----

----- Um canteiro com um total de oitenta metros quadrados, localizado na Rua Piauí de Oeiras, junto ao chafariz, em Oeiras (ponto cinco da planta).-----

-----O presente aumento de área tem um valor total de cinco mil novecentos e cinquenta e sete metros quadrados. As áreas e parcelas, o tipo de rega e o custo por metro quadrado da área aumentada (de acordo com a proposta vencedora) encontram-se resumidos no seguinte quadro:--

-----Quadro Um - Cálculo do custo mensal relativo ao aumento de dois vírgula noventa por cento.-- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Zona / Área tipo a) / Custo por metro quadrado a) / Valor mensal (mais IVA) /
Actualização (dois por cento) * / Custo total mensal a)-----

----- Um / cinco mil metros quadrados / zero vírgula cento e cinquenta e sete euros /
setecentos e oitenta e cinco euros / quinze euros e setenta centímetros / oitocentos euros e setenta
centímetros; - -----

----- Dois / cento e dez metros quadrados / zero vírgula cento e cinquenta e sete euros /
dezassete euros e vinte e sete centímetros / zero vírgula trinta e cinco euros / dezassete euros e
sessenta e dois centímetros;-----

----- Três / seiscentos e quarenta e sete metros quadrados / zero vírgula cento e cinquenta
e sete euros / cento e um euros e cinquenta e oito centímetros / dois euros e três centímetros / cento e
três euros e sessenta e um centímetros; -----

----- cinco / oitenta metros quadrados / zero vírgula cento e cinquenta e sete euros / doze
euros e cinquenta e seis centímetros / zero euros e vinte e cinco centímetros / doze euros e oitenta e
um centímetros.-----

----- Sub-total / cinco mil oitocentos e trinta e sete metros quadrados / ... / ... / ... /
novecentos e trinta e quatro euros e setenta e quatro centímetros.-----

----- Zona / Área tipo b) / Custo por metro quadrado b) / Valor mensal / Actualização
(dois por cento) / Custo total mensal b)-----

----- quatro / cento e vinte metros quadrados / zero vírgula cento e oitenta e quatro euros /
vinte e dois euros e oito centímetros / zero vírgula quarenta e quatro euros / vinte e dois euros e
cinquenta e dois centímetros.-----

----- Sub-total / cento e vinte metros quadrados / ... / ... / ... / vinte e dois euros e
cinquenta e dois centímetros.-----

----- Zona / Caldeiras / Custo por unidade e) / Valor mensal / Actualização (dois por
cento) / Custo total mensal e):-----

-----um / cinquenta e seis unidades / sete euros / trezentos e noventa e dois euros / sete euros e oitenta e quatro cêntimos / trezentos e noventa e nove euros e oitenta e quatro cêntimos. -

-----Sub-total / cinquenta e seis unidades / ... / ... / ... / trezentos e noventa e nove euros e oitenta e quatro cêntimos. -----

-----Total - mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos.-----

-----* Este valor foi informado através de ofício da A.N.M.P., será rectificado e actualizado após aprovação do Orçamento de Estado para dois mil e dez. -----

-----a) - Área com sistema de rega semi-automático e boca de rega -----

-----b) - Área com bocas de rega -----

-----c) - Área de sequeiro -----

-----d) - Pavimentos -----

-----e) - Caldeiras -----

-----O total mensal da soma das cinco áreas é de mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos. -----

-----Nestes termos, solicita-se a aprovação da prestação de serviços referente a um aumento de área em sede de manutenção e eventual requalificação de espaços verdes na zona nascente da Freguesia de Oeiras, aumento de área esse traduzido em cinco mil novecentos e cinquenta e sete metros quadrados de acordo com as plantas em anexo, ao co-contratante Flora Garden - Projectos Silvicultura e Jardinagem Unipessoal, Limitada, pelo valor mensal de mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal de vinte por cento, pelo período de doze meses (com início a partir de nove de Janeiro de dois mil e dez e término em oito de Janeiro de dois mil e onze) correspondendo ao seguinte: -----

----- Valor mensal do contrato inicial (dois mil e oito) - trinta e dois mil setecentos e sessenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos; -----

----- Valor mensal do aumento para o período compreendido entre nove de Janeiro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dois mil e dez e oito de Janeiro de dois mil e onze - mil trezentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos; - -----

----- - Valor global do aumento para o período compreendido entre nove de Janeiro de dois mil e dez e oito de Janeiro de dois mil e onze - dezasseis mil duzentos e oitenta e cinco euros e vinte cêntimos. Os valores apresentados são acrescidos de IVA à taxa em vigor.-----

----- Face ao que antecede, proponho:-----

----- Primeiro - A autorização da despesa referente ao aumento de área de dois vírgula noventa por cento relativa à aquisição da prestação de serviços de manutenção e eventual requalificação de espaços verdes na zona nascente da Freguesia de Oeiras, pelo período de doze meses, com efeitos a partir do dia nove de Janeiro de dois mil e dez e finalização em oito de Janeiro de dois mil e onze, que corresponde ao valor total (plurianual) de dezasseis mil duzentos e oitenta e cinco euros e vinte cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Segundo - A aprovação desta minuta junta ao processo.-----

----- O valor deste aumento de área está previsto no Plano de Actividades de dois mil e dez e será cabimentado logo após a aprovação pela Assembleia Municipal.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.”-----

----- O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de chamar a atenção para o seguinte: na primeira folha da Proposta refere o anexo de plantas e no documento que nos foi entregue não vêm plantas nenhuma.-----

----- Gostaria de perguntar se há algum problema com a Divisão dos Espaços Verdes da Câmara, pois pela Proposta que nos é submetida à apreciação e votação constatamos que não existe planeamento nos prazos das mesmas serem apresentadas para apreciação e votação com antecedência (o caso desta). No fundo este documento está em cima da data limite para entrar em vigor (dia nove) e só hoje é que vem a esta reunião. Pergunto se não há planeamento para as Propostas virem com uma antecedência mínima, para que no futuro não aconteçam situações

idênticas.” - -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Discordo completamente com o que foi dito pelo Senhor Deputado Reis Marques (PS) pois ao longo destes anos a Câmara Municipal tem tido planeamento (que é visível) e especificamente tem tido planeamento quer na área do tratamento, quer de espaços verdes.”-----

6.3.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e três da Coligação Democrática Unitária e um voto contra do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 5/2010**-----

PROPOSTA CMO N.º 1215/09 - AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E EVENTUAL REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NA ZONA NASCENTE DA FREGUESIA DE OEIRAS-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e quinze barra zero nove, a que se refere a deliberação número sessenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em dezasseis de Dezembro de dois mil e nove e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular e três da Coligação Democrática Unitária e um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a aquisição da prestação de serviços de manutenção e eventual requalificação de espaços verdes na zona nascente da Freguesia de Oeiras, pelo período



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de doze meses, com efeitos a partir do dia nove de Janeiro de dois mil e dez e finalização em oito de Janeiro de dois mil e onze, que corresponde ao valor total (plurianual) de dezasseis mil duzentos e oitenta e cinco euros e vinte cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

6.3.1.1. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O Bloco de Esquerda vota contra, apesar de ser repartição de encargos como o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse quanto a qualquer Proposta que leve a que os serviços que são muito melhor feitos pela Câmara sejam atribuídos a empresas privadas.” -----

6.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1113/09 relativa à Desafecção do domínio público e integração no domínio privado do Município de duas parcelas de terreno sitas no Murganhal (Caxias) - Aditamento à Proposta de Deliberação N.º. 190/09, que a seguir se transcreve: -----

“67 - PROPOSTA N.º. 1113/09 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE 2 PARCELAS DE TERRENO SITAS NO MURGANHAL (CAXIAS) - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º. 190/09:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Na reunião do Executivo Camarário de onze de Março de dois mil e nove, procedeu-se à aprovação da proposta de deliberação número cento e noventa, de dois mil e nove, autorizando a rectificação do disposto na proposta de deliberação número mil e vinte e seis de dois mil e oito, aprovada a vinte e dois de Outubro de dois mil e oito, concernente aos negócios jurídicos a celebrar entre o Município de Oeiras e a Sociedade “Ponte Franca, Promoções Imobiliárias, Sociedade Anónima”, designadamente a permuta de duas parcelas de terreno, com vinte metros quadrados e oitenta metros quadrados de área, respectivamente, destinadas à edificação de um condomínio habitacional, em Caxias. Mais se aprovou, a inclusão das

especificações julgadas necessárias para concretização do processo de desafecção das referidas parcelas, que deverá preceder o contrato de permuta, uma vez que aquelas se encontram integradas em domínio público municipal. -----

-----Considerando porém, que a condução do processo de desafecção do domínio público e integração no domínio privado municipal, pressupõe necessariamente, para efeito de inscrição matricial e registo predial das parcelas a favor do Município, a identificação das confrontações de cada e a respectiva identificação predial. -----

-----Proponho:-----

-----A aprovação pelo executivo camarário do aditamento à proposta de deliberação número cento e noventa, de dois mil e nove, aprovada em reunião de Executivo Camarário a onze de Março de dois mil e nove, no que concerne ao respectivo ponto dois, nos termos das especificações (informações complementares) seguidamente elencadas: a parcela com vinte metros quadros, identificada pela letra “A” na planta de localização em anexo, confronta a Norte com o artigo cento e trinta e oito, a Nascente com parcela cedida ao Município de Oeiras mediante Auto de Cessão e a Sul e a Poente com área cedida ao Município para zonas verdes, no âmbito do alvará de loteamento número dezassete, de oitenta e nove (parte do artigo cento e trinta e nove). A sua dominialidade encontra-se averbada na ficha setecentos e setenta e sete, da Freguesia de Paço de Arcos, de acordo com a informação presente na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras; a parcela com oitenta metros quadrados, identificada pela letra “B” na planta de localização em anexo, confronta a Norte e a Poente com o artigo cento e trinta e oito, e a Sul e a Nascente com domínio público rodoviário municipal.”-----

-----II - Acerca desta proposta o **Senhor Vereador Amílcar Campos** referiu que vai votar contra por uma razão de coerência, uma vez que também votou contra todas as anteriores. -

-----O **Senhor Vereador Carlos Oliveira** usou da palavra para dizer que também vai votar a proposta, à semelhança do que tem feito nas propostas anteriores, que dizem respeito a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

este assunto.-----

----- III - A Câmara, por maioria, com voto contra dos Senhores Vereadores Isabel Meirelles e Amílcar Campos, deliberou aprovar o proposto.-----

----- IV - Em relação a este assunto a **Senhora Vereadora Isabel Meirelles** fez a seguinte declaração de voto de vencida:-----

----- “Votei contra por não concordar com a edificação do projectado condomínio habitacional, enquanto não for revisto o PDM”.-----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Esta Proposta já tinha sido distribuída e agendada e como não houve tempo para ser tratado transitou para esta reunião.”-----

----- A **Senhora Deputada Isabel Sande e Castro (CDS/PP)** disse o seguinte:-----

----- “Relativamente a esta Proposta, apesar de se tratar apenas de uma desafecção do domínio público para integração no domínio privado de duas parcelas com a área total de cem metros quadrados, o Centro Democrático Social/Partido Popular não tem conhecimento em pormenor desta questão, ou seja, do condomínio habitacional em Caxias.-----

----- Discordamos do privilégio que a Lei dá aos condomínios (como sabem não tem que ir a Reunião de Câmara), ao contrário do que se verifica com os loteamentos (neste caso apenas vai por causa desta questão).-----

----- O Centro Democrático Social/Partido Popular não poderá votar favoravelmente a Proposta pois não tem informação suficiente para avaliar qual o impacto urbanístico que esta área irá sofrer com o condomínio habitacional proposto.”-----

----- O **Senhor Deputado Daniel Branco (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Já em diferentes oportunidades, nesta Assembleia, votámos a favor da desafecção de terrenos de domínio público para integração no domínio privado, mas em situações justificadas do ponto de vista social. Não me interessa que neste caso digam que é um terreno

pequeno. Pergunto: porque é que a Câmara vai deixar de ter no que é terreno público, e foi-lhe cedido para isso, terrenos para passar para um condomínio privado. Não faz nenhum sentido, de facto, esta votação e não faz nenhum sentido que estejamos, no fundo, a retirar do que é do domínio público terrenos para o vedar inseri-lo num condomínio privado. Nós decididamente estamos contra por razão de coerência em relação a esta matéria.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Quero apenas chamar a atenção que esta Acta da Câmara que acompanha a Proposta não está completamente correcta, isto porque o Vereador Carlos Oliveira votou favoravelmente esta desafecção de terrenos e, julgo ter sido solicitado pelo Senhor Vereador a alteração da Acta. Portanto, deveria ter chegado nas condições exactas a esta Assembleia Municipal.” -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** disse o seguinte:-----

-----“Não compreendemos como é que terrenos que são cedidos à Câmara para domínio público depois sejam transferidos para domínio privado e ainda por cima para um condomínio. Se fosse para algo de natureza social ainda tentaríamos entender, neste sentido votamos contra.”

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte: -----

-----“Importa referir que estamos a falar de duas pequenas parcelas que no seu total são oitenta metros quadrados, que a determinada altura não têm potencial para serem aproveitadas para outra função. Muitas vezes são remanescentes de cedências em que se podem tornar locais de depósito de lixo, de crescimento de ervas, criação de pragas e se a Câmara pode fazer uma gestão destas pequenas parcelas integral num domínio privado para depois o permutar ou alienar, acho que é uma política correcta do ponto de vista da gestão patrimonial, o que é o caso.-----

-----Neste caso o fim a que se destina é integrar um projecto de um condomínio mas no entanto acho que é preferível o espaço estar tratado, haver uma rentabilidade, quer através de uma alienação ou de uma permuta, um valor acrescentado para a Câmara contrariamente a esta ter ali no domínio público, seja ele privado ou não, uma parcela de terreno que não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

capacidade nem potencial para servir aqueles que são os cidadãos de Caxias ou os de Oeiras de uma forma geral.” -----

----- O **Senhor Deputado Luís Viana (J.F. Caxias)** disse o seguinte: -----

----- “Depois da explicação que o Senhor Vice-Presidente fez o favor de prestar à Assembleia Municipal, fiquei com uma dúvida. Será que este terreno tem alguma coisa a ver com a instalação da lavagem automóvel que foi contestada pelos moradores da Rua do Loureiro, justamente neste local na Rua das Tílias (alvará número dezassete de oitenta e nove)?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Não sei se tem a ver, embora pense que a sua questão surge porque aparece aqui em determinada altura o nome de MIRACIMA. Não sei se tem a planta, mas poderá ver que esta permuta até é favorável para a Câmara, porque esta troca uma parcela de terreno em que soma a um terreno que já é propriedade sua e oferece-lhe mais potencial ao nível da área e consegue com esta permuta tirar vantagem daquilo que já é um terreno seu. Como disse permite também que uma pequeníssima parcela de terreno não fica ao abandono em que a Câmara não terá condições de ali promover ou construir qualquer tipo de infra-estrutura ou espaço verde que possa por ao serviço da população. -----

----- Quanto à questão da lavagem automática como o Senhor Presidente da Junta tem acompanhado, tem existido por parte da Câmara um esforço no sentido de negociar com o actual o proprietário e o potencial comprador no sentido de a Câmara encontrar uma solução para que não seja ali instalada a dita lavagem automóvel. -----

----- No entanto também sabe que aquela lavagem automóvel é um direito que assiste ao particular, esse direito está consagrado num alvará com bastantes anos e, portanto, nós estamos conjuntamente com os particulares a trabalhar no sentido de encontrarmos uma solução que possa não reduzir os direitos ao titular daqueles terrenos e que possa também trazer um elevado grau de satisfação ou mais satisfação à população e as moradores que têm as suas casas na

envolvente desse terreno. -----

-----Mas o que posso afirmar é que é realmente uma permuta de duas parcelas ou de uma de oitenta metros quadrados, que do ponto de vista da gestão patrimonial é sem dúvida muito benéfica para o Município.”-----

-----O **Senhor Deputado Daniel Branco (CDU)** disse o seguinte: -----

-----“Há uma questão que se coloca sempre nestas permutas e que eu acho que a Câmara normalmente acautela-se muito pouco. Temos aqui uma planta, percebo pouco as áreas a permutar porque não estão indicadas e o que cá está na legenda não dá para perceber, mas há aqui uma tal área B e em baixo está escrito assim numa letra que quase não se lê - “parcela cedida à CMO (auto de Cessão)”, alguém cedeu isto à Câmara. Portanto, a Câmara ficou com este domínio porque foi cedido por alguém. Agora eu não acredito que quem cedeu fique de acordo que a Câmara privatize o terreno que lhe foi cedido para depois o negociar. Penso que estas situações deviam ser devidamente acauteladas porque podem levantar problemas do “arco-da-velha” em termos de como isto se vai fazer. Em relação a esta Proposta estamos à vontade uma vez que vamos votar contra, dizendo porquê. Mas a Câmara devia acautelar-se destas situações porque corre o risco de arranjar imbróglis que nunca mais se resolvem.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Eu concordo consigo mas, parto do princípio que os serviços têm competência técnica suficiente para avaliarem todas estas questões que o Senhor colocou, portanto, nesta questão, dou o benefício da dúvida ao serviços da Câmara.”-----

-----O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Relativamente à questão que a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) levantou sobre a rectificação da acta da Câmara e quem propôs alteração saberá...”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interrompeu dizendo o seguinte: --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “É só para que haja coerência na votação que o Partido Socialista vai fazer em sede de Assembleia Municipal e para que se perceba que não estamos contra uma decisão dos Vereadores.” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Percebi isso de qualquer forma como não altera em nada a Proposta da Câmara, vamos passar à votação.” -----

6.4.1. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Socialista e quatro do Partido Social Democrata, com duas abstenções, sendo uma do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e uma do Centro Democrático Social/Partido Popular e com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 6/2010** -----

----- **PROPOSTA CMO N.º 1113/09 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE 2 PARCELAS DE TERRENO SITAS NO MURGANHAL (CAXIAS) - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 190/09** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e treze barra zero nove, a que se refere a deliberação número sessenta e sete da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e cinco de Novembro de dois mil e nove e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Socialista e quatro do Partido Social Democrata, com duas abstenções, sendo uma do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e uma do Centro

Democrático Social/Partido Popular e com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a desafectação do domínio público municipal e integração no domínio privado do Município de duas parcelas de terreno sitas no Murganhal, uma com vinte metros quadrados que confronta a Norte com o artigo cento e trinta e oito, a Nascente com parcela cedida ao Município de Oeiras mediante auto de Cessão e a Sul e a Poente com área cedida ao Município para zonas verdes, no âmbito do alvará de loteamento número dezassete, de oitenta e nove (parte do artigo cento e trinta e nove). A sua dominialidade encontra-se averbada na ficha setecentos e setenta e sete, da Freguesia de Paço de Arcos, de acordo com a informação presente na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras e outra com oitenta metros quadrados que confronta a Norte e a Poente com o artigo cento e trinta e oito, e a Sul e a Nascente com domínio público rodoviário municipal, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----

6.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1145/09 relativa à Aquisição de serviços de controlo Anti Murino e Anti Blatídeo do Concelho de Oeiras - Repartição de encargos - Ofício N.º. 61170 - 30.12.2009, que a seguir se transcreve: -----

“29 - PROPOSTA N.º. 1145/09 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO ANTI MURINO E ANTI BLATÍDEO DO CONCELHO DE OEIRAS - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS: -----

-----I - O Senhor Vereador Ricardo Barros, apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

-----“Na reunião de Câmara de vinte e cinco de Março de dois mil e nove foi aprovado, por unanimidade dos presentes, a proposta de deliberação número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e nove, e consequentemente a adjudicação do procedimento concursal identificado supra em assunto, à firma ISS Pest Control, Limitada, no período de três anos, acrescidos de eventuais renovações, até um limite de cinco anos, pelo valor global de quatrocentos e quarenta e oito mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seiscentos euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Posteriormente, em reunião de Câmara de oito de Abril de dois mil e nove, foi aprovado por unanimidade dos presentes, a proposta de deliberação número trezentos e vinte e quatro, de dois mil e nove (rectificativa da proposta de deliberação número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e nove), e consequentemente a aprovação do relatório final e da minuta de contrato. -- -----

----- Pese embora a sua aprovação pelo Órgão Executivo municipal, é ainda necessário, à luz do estabelecido no artigo vigésimo segundo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, que o órgão deliberativo se pronuncie sobre a repartição dos encargos financeiros nos anos dois mil e dez, dois mil e onze e dois mil e doze e aprovação do procedimento concursal. -----

----- Assim, face ao que antecede, proponho: -----

----- O envio da presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal, para aprovação: -----

----- a) Do procedimento concursal, já aprovado em reunião de Câmara de vinte e cinco de Março de dois mil e nove, através da proposta de deliberação número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e nove, rectificada na reunião de Câmara de oito de Abril de dois mil e nove, através da proposta de deliberação número trezentos e vinte e quatro, de dois mil e nove; -----

----- b) Da repartição de encargos pelo Plano Plurianual de Investimentos, de dois mil e dez a dois mil e doze, relativo ao procedimento concursal em assunto.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.” -----

----- O **Senhor Deputado Paulo Nicholas (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Provavelmente porque a Proposta transita de outras reuniões, não vem a informação toda, no entanto fica aqui a seguinte questão à Câmara: quais foram os procedimentos utilizados dado que não vêm aqui referidos, apenas vem a adjudicação do procedimento concursal. Como

tal, ficamos sem saber se é por concurso público. Como a informação deverá ser prestada sempre nesta Assembleia daí gostaria de obter informações sobre esta matéria. Sendo certo que o Partido Socialista está sempre a favor da eliminação de todas as pragas no Concelho, no entanto, algumas não são tão fáceis como outras.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Esta Proposta vem apenas para repartição de encargos, portanto, todas estas questões que agora levantou colocaram-se quando esta Proposta foi aprovada. Se consultar a acta ou o anterior documento que foi aprovado todas essas dúvidas, penso eu, estão lá perfeitamente esclarecidas.”-----

6.5.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com quarenta votos a favor, sendo vinte e três do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social/Partido Popular, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda.--

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 7/2010**-----

-----**PROPOSTA CMO N.º 1145/09 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO ANTI MURINO E ANTI BLATÍDEO DO CONCELHO DE OEIRAS - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e quarenta e cinco barra zero nove, a que se refere a deliberação número vinte e nove da reunião da Câmara Municipal, realizada em dois de Novembro de dois mil e nove e deliberou por unanimidade, com quarenta votos a favor, sendo vinte e três do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata, um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Centro Democrático Social/Partido Popular, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a aquisição de serviços de controlo anti murino e anti blatídeo do Concelho de Oeiras à firma ISS Pest Control, Limitada, pelo valor global de quatrocentos e quarenta e oito mil e seiscentos euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como a repartição de encargos pelo Plano Plurianual de Investimentos, de dois mil e dez a dois mil e doze, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.----

----- Mais foi deliberado, também, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

7. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público. -----

8. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Tal como tinha ficado acordado na Conferência dos Representantes dos Grupos Políticos Municipais, vamos continuar a Ordem de Trabalhos na reunião da próxima segunda-feira às quinze horas.” -----

9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quinze minutos.--- -----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelas Secretárias da Mesa. -----

-----O Presidente,-----

-----A Primeira Secretária,-----

-----A Segunda Secretária,-----